



RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS
Nº 201108750 2ª PARTE

1 - GESTÃO OPERACIONAL

1.1 SUBÁREA - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

1.1.1 ASSUNTO - EFETIVIDADE DOS RESULTADOS OPERACIONAIS

1.1.1.1 - INFORMAÇÃO: (006)

O IFPA foi criado pela Lei nº 11.892/2008, pela integração entre o Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET/PA) e as Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá. O Instituto tem como principal competência ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os níveis e modalidades.

Segundo o Relatório de Gestão de 2010, as ações do IFPA em 2010 visaram, principalmente, consolidar o processo de expansão do Instituto, com a construção de campi no interior, realização de concurso público e mudanças na estrutura organizacional. Nesse contexto, a partir de abril de 2010, os 11 (onze) novos campi criados no processo de expansão do IFPA tornaram-se unidades gestoras, passando a gerir seus próprios orçamentos, descentralizados pela Reitoria a partir das decisões do Colégio de Dirigentes.

No exercício de 2010, a execução orçamentária e financeira do IFPA foi a seguinte:

Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado	Liquidado	Restos a Pagar Não Processados
128.936.253,00	154.382.921,00	120.556.557,61	113.761.268,71	6.795.288,90

Comparativo dos Orçamentos executados, nos exercícios 2010/2009:

Ano	Empenhado
2009	79.220.784,53

2010	120.556.557,61
Variação	52,17%

Portanto, o IFPA executou, no exercício de 2010, 78,09% dos recursos previstos na LOA. Esse montante representa um incremento de 52,17% em relação ao orçamento executado em 2009.

Na tabela, a seguir, estão apresentadas as principais ações executadas pelo IFPA, com as metas físicas e financeiras propostas e as alcançadas:

PROGRAMA 1061- BRASIL ESCOLARIZADO

AÇÃO: 8429-Formação inicial e continuada a distancia			
Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Física	3003	2500	83,00%
Financeira	4.028.354,00	2.751.100,12	68,29%

O IFPA informou que o não atingimento da meta física ocorreu em virtude de desistência de alunos inicialmente matriculados, decorrente da não adaptação com a prática do ensino a distância.

PROGRAMA 1062- DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Principal Programa de Governo do IFPA, executou R\$ 85.734.236,99, o que corresponde a 71,12% da despesa do IFPA, em 2010.

Peincipais Ações Executadas:

AÇÃO: 1H10 Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica			
Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão

Física	11	11	100,00%
Financeira	12.227.796,00	3.197.735,12	26,15%
AÇÃO: 2992 Funcionamento da Educação Profissional			
Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Física	24495	24495	100,00%
Financeira	79.774.160,00	67.119.788,38	84,13%
AÇÃO: 8650 Reestruturação da Rede Federal de Educação profissional e tecnológica			
Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Física	6	6	100,00%
Financeira	7.940.136,00	2.241.487,00	28,22%
AÇÃO: 6301 Acervo bibliográfico para as instituições da rede federal de educação profissional			
Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Física	1500	1500	100,00%
Financeira	150.000,00	28.300,93	18,86%
AÇÃO: 2994 Assistência ao educando da educação profissional			
Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Física	230	230	100,00%
Financeira	60.000,00	0	0,00%
AÇÃO: 7L90 Ampliação da infra-estrutura física de instituições federais de educ.profissional			
Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Física	1	0	0,00%
Financeira	300.000,00	0	0,00%

Sobre o não atingimento da meta da Ação 7L90- AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - o IFPA informou que a verba destinada ao desenvolvimento da ação era proveniente de emenda parlamentar, que não

foi aprovada, impossibilitando o cumprimento da meta estabelecida.

O Índice Candidato/Vaga, apresentado no Relatório de Gestão, indica que houve um aumento significativo na procura pelos cursos de graduação em 2010 (Índice candidato vaga de 5,85 em 2009 e 50,83 em 2010), enquanto que a procura pelo ensino médio profissionalizante manteve-se estável (Índice candidato vaga de 7,39 em 2009 e 7,91 em 2010).

O IFPA credita esse aumento ao ingresso da Instituição no SISU.

O índice de eficiência acadêmica do IFPA (relação entre o número de concluintes e o número de alunos que ingressaram no período equivalente) comparativamente aos dois anos anteriores, apresenta uma queda abrupta em 2010, sinalizando perda de eficiência da Instituição. O IFPA creditou essa queda à reestruturação da natureza do Instituto, a falta de incentivos do governo federal à Política de Assistência Estudantil para alunos que se encontram abaixo da linha da pobreza, estrutura física ainda deficiente, número insuficientes de docentes.

O IFPA, informou, ainda, que está tomando medidas para sanar o problema.

O IFPA, em 2010, recebeu a nota 2 (dois) no Índice Geral de Cursos da Instituição –IGC, índice desenvolvido pelo MEC/INEP para avaliar a qualidade de instituições de educação superior. O Índice Geral de Cursos é um indicador de qualidade de instituições de educação superior que considera, em sua composição a qualidade dos cursos de graduação e pós graduação (mestrado e doutorado) e as características físicas e acadêmicas da instituição. No que se refere a graduação é utilizado o CPC (conceito preliminar de curso) e, no que se refere à pós-graduação, é utilizada a Nota Capes. A avaliação é anual e considera os três últimos triênios. Ou seja, em 2010 foi considerado o triênio 2007, 2008 e 2009.

O IGC está em faixas de 1 a 5, sendo considerada satisfatória a nota até 3 (três).

O IFPA apontou como principais fatores para o baixo IGC:

1. Ausência de atuação da Comissão Própria de Avaliação;
2. Política insuficiente de atendimento ao estudantes;
3. Projetos pedagógicos necessitando de atualização;
4. Número significativo de docentes sem titulação “strictu sensu”
5. Docentes afastados em programas de pós graduação;
6. Infraestrutura física ineficiente ;
7. Laboratórios de informática insuficientes para atender a demanda;
8. Avaliação do MEC não considerou a especificidade da educação profissional.

O Instituto informou que está implementando medidas para reverter esse quadro, citando, dentre outras, o investimento na capacitação de professores, oferta de bolsas de monitoria, ampliação e atualização de acervo bibliográfico, criação e constituição da Comissão Própria de

Avaliação, distribuição gratuita de merenda escolar, acesso gratuito a Internet.

1.1.2 ASSUNTO - SISTEMA DE INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

1.1.2.1 - CONSTATAÇÃO: (029)

Ausência de rotina para avaliação da compatibilidade de recursos de TI com as reais necessidades do IFPA.

As rotinas para avaliação da compatibilidade de recursos de TI com as reais necessidade do IFPA visam garantir o alinhamento dos principais serviços de TI com a estratégia do negócio do Instituto. Tal objetivo é alcançado por meio de rigoroso controle das solicitações de modificações nos sistemas que passam a ser devidamente registradas, implementadas, testadas e homologadas.

CAUSA:

Morosidade da administração na implantação de um processo de desenvolvimento de software.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:

Por meio da Solicitação de Auditoria Prévia, solicitou-se à Entidade que apresentasse documentação contendo estudos/avaliações de verificação de rotina sobre a compatibilidade entre recursos de TI e as necessidades da Entidade. O Reitor informou *“que não existe a documentação relacionada”*.

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

A ausência de rotinas de compatibilidade eleva o risco de desperdícios de recursos, além do não atendimento de forma tempestiva e efetiva dos pleitos da Entidade com relação ao desenvolvimento e manutenção de soluções de TI.

RECOMENDAÇÃO :

Recomendação 1:

Que sejam implantadas as rotinas para avaliação da compatibilidade de recursos de TI com as reais necessidades do IFPA.

1.1.2.2 - CONSTATAÇÃO: (030)

Ausência de área específica responsável pela implementação da Política de Segurança da Informação, bem como a inexistência de uma Política de Segurança da Informação.

O IFPA não possui uma área específica responsável pela implementação da Política de Segurança da Informação. Não possui também uma Política de Segurança da Informação formalmente definida. Uma Política de Segurança da Informação tem como objetivos: i) definir os papéis e responsabilidades específicos para segurança de informação em toda a Entidade; ii) acordar sobre metodologias e processos específicos para segurança de informações; iii) garantir que a segurança da informação seja parte do processo de planejamento de informações; e iv) revisar os incidentes relacionados com a segurança da informações, entre outros.

CAUSA:

Morosidade da administração para implantar o comitê e uma política de segurança da informação.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:

Por meio da Solicitação de Auditoria Prévia, solicitou-se à Entidade que apresentasse a Política de Segurança da Informação, com documentação comprobatória da aprovação dessa política pelo corpo diretivo da Entidade, bem como de comprovação de que a Política foi divulgada internamente para todos os servidores da entidade. Em resposta, o Reitor informou *“Inexiste a documentação de aprovação da política de segurança da informação”*. Informou, ainda, que *“Não existe a Portaria designativa do Comitê Gestor de Segurança da Informação”*.

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

A política de segurança da informação é o documento a partir do qual derivam os documentos específicos para cada meio de armazenamento, transporte, manipulação ou tratamento específico da segurança da informação em TI. A ausência deste documento, bem como de uma área específica responsável pela segurança da informação, é um indício de que a gestão de segurança é inexistente ou incipiente na entidade examinada.

RECOMENDAÇÃO :

Recomendação 1:

Que seja criado um setor responsável pela implantação de política de segurança da informação no IFPA.

2 - CONTROLES DA GESTÃO

2.1 SUBÁREA - CONTROLES EXTERNOS

2.1.1 ASSUNTO - ATUAÇÃO DO TCU/SECEX NO EXERCÍCIO

2.1.1.1 - INFORMAÇÃO: (002)

Segundo informações do Parecer da Auditoria Interna e do Relatório de Gestão 2010, o IFPA vem cumprindo parcialmente as determinações e recomendações do TCU.

Na tabela a seguir, apresenta-se o resumo dos Acórdãos emitidos pelo TCU, no exercício 2010 e o status das recomendações, segundo avaliação da AUDIN:

ACORDÃO	STATUS DAS RECOMENDAÇÕES	OBSERVAÇÕES
1345/2010/1ª Câmara	Não atendida	Recomendação endereçada a servidores que não pertencem mais ao quadro do IFPA
354/2010-2ª Câmara	Em atendimento.	Contas Exercício 2001-EAFC
3222/2010-1ªCâmara	Sem informações	Atos de registro de pessoal
5323/2010 -2ª Câmara	Atendida	Atos de registro de pessoal
6244/2010 -2ª Câmara	Parcialmente atendida	Contas Exercício 2000-CEFET/PA
7698/2010-1ª Câmara	Parcialmente atendida	Contas Exercício 2004- CEFET/PA

Recomendações dos Acórdãos nº 6244/2010-2ª Câmara e 7698/2010-1ª Câmara atendidas:

1) Evitar contratar a prestação de serviços de consultoria com servidores públicos da ativa e/ou outros prestadores, sem o devido processo licitatório, descumprindo o disposto no art. 13, § 1º, da Lei 8.666/1993 e Acórdão 1.478/2005 - 2ª Câmara;

2) Somente contratar serviços de telefonia por meio do competente processo licitatório, em obediência aos ditames da Lei 8.666/1993;

3) Regularizar a cessão de seus espaços físicos, em especial o ocupado pelo Banco do Brasil S/A, situação que perdura desde 2001, para moldá-la aos preceitos do art. 5º, da Lei 6.120/1974, que veda expressamente a cessão gratuita de bens imóveis.

Recomendações dos Acórdãos nº 6244/2010-2ª Câmara e 7698/2010-1ª Câmara para melhoria dos controles internos ainda não atendidas:

1) Realizar as conformidades diária, contábil e documental no sistema Siafi, respeitando a norma de execução e instruções normativas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, pela Secretaria Federal de Controle Interno e pelo Manual do Siafi, além das recomendações contidas no Acórdão 286/2007 - TCU – Plenário;

2) Regularizar a divergência entre os inventários de bens móveis e imóveis e o saldo constante do Siafi, nos termos da Instrução Normativa Sedap 205/1988;

3) Adotar providências junto à Divisão Financeira, no sentido de promover a devida conferência dos registros realizados no SIAFI;

4) Proceder à análise periódica das contas contábeis, objetivando evitar inconsistências nas demonstrações contábeis da Instituição;

5) Atualizar, no prazo de 30 dias, os registros cadastrais dos servidores do CEFET/PA no SIAPE, transferindo-o posteriormente para o SIAPECAD

2.1.2 ASSUNTO - ATUAÇÃO DAS UNIDADES DA CGU - NO EXERCÍCIO

2.1.2.1 - INFORMAÇÃO: (001)

Nos exames realizados na Unidade, verificou-se o atendimento parcial das recomendações da CGU, conforme discriminado na tabela a seguir

Relatório	Item	CONSTATAÇÃO	STATUS	Item específico na 2ª parte do Relatório
244105	1.1.2.1	Contratação indevida de obras de engenharia por pregão Recomendação: Abster-se de fazer esse tipo de contratação	Pendente de atendimento. Com impacto na gestão	Item 7.1.2.2
244015	1.1.2.2	Fracionamento de Despesa na aquisição de passagens Recomendação: Abster-se de fracionar o objeto	Recomendação atendida	Não se aplica

244015	1.1.3.2	Contratação de serviços terceirizados por dispensa emergencial Recomendação: Instaurar licitação para regularizar a situação	Recomendação atendida	Não se aplica
244015	2.1.1.1	Participação de servidores na gerência de empresas Recomendação: Apuração de Responsabilidade	Pendente de atendimento. Sem impacto na gestão	Acompanhamento Plano de Providências
244105	3.1.1.1	Ausência de três propostas válidas em processos de dispensa de licitação. Recomendação: Fazer constar no mínimo três propostas válidas	Recomendação atendida	Não se Aplica
244105	4.1.1.1	Não cumprimento das determinações do TCU	Pendente de atendimento. Com impacto na gestão	Item 4.1.1.1
244105	4.1.2.1	Não atendimento de recomendações feitas em Relatório anteriores	Pendente de atendimento. Sem impacto na gestão	Acompanhamento Plano de Providências
244105	4.1.2.3	Demora na condução dos processos administrativos disciplinares	Pendente de atendimento. Com impacto na gestão	Item 5.3.1.1
244105	4.2.1.4	Ausência de organização dos papéis de trabalho da Auditoria Interna	Pendente de atendimento. Sem impacto na gestão	Acompanhamento Plano de Providências

2.2 SUBÁREA - CONTROLES INTERNOS

2.2.1 ASSUNTO - ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

2.2.1.1 - CONSTATAÇÃO: (005)

Deficientes condições de trabalho e não implementação das recomendações da Auditoria Interna

A unidade de auditoria interna do IFPA (AUDIN) não possui infra estrutura de pessoal suficiente para desenvolver um trabalho sistemático de avaliação dos riscos e de monitoramento e acompanhamento da gestão, pois o IFPA conta com uma Reitoria, 12(doze) campi e 2 (dois) polos avançados e a AUDIN tem apenas três servidores, sendo dois lotados no Campus Castanhal.

Essa deficiência está registrada no Parecer da Auditoria Interna (Exercício 2010) e foi apontada pela CGU no Relatório de Auditoria de Gestão de 2010, quando foi recomendado ao IFPA que equipasse a AUDIN com recursos humanos adequados e suficientes com vistas ao seu fortalecimento

Além da falta de recursos humanos, a eficácia da atuação da AUDIN é limitada pela falta de acesso aos sistemas de controle da União (tais como SIAFI , SIASG e SIAPE) e pela ausência de um manual operacional, que estabeleça as normas e procedimentos da auditoria interna.

A despeito das limitações estruturais, a AUDIN, segundo o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna 2010, realizou auditorias de acompanhamento da gestão nas áreas orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoas, de bens e serviços e operacional do IFPA, que resultaram na produção de 11(onze) Relatórios de Auditoria, totalizando 180 Recomendações para os Gestores.

Dentre os trabalhos, destacam-se aqueles na área Patrimonial do IFPA, que tiveram o objetivo de verificar o registro, o uso e a guarda dos bens da Instituição.

Relacionamos, a seguir, as principais recomendações emitidas pela AUDIN, juntamente com a análise daquela unidade de controle interno sobre o atendimento das recomendações:

RECOMENDAÇÕES DO RELATÓRIO Nº 01/2010

CAMPUS CASTANHAL

PERÍODO: JANEIRO A MARÇO DE 2010

Gestão Patrimonial

Meios de Transportes

1)Providenciar as identificações dos veículos oficiais conforme determina o art. 13, de acordo com o anexo VI - Especificações para Identificação dos Veículos de Serviços Comuns (Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008);

2)Providenciar a identificação da motocicleta de placa JWE – 9463, conforme determina o art. 17 da Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008.

3)Elaborar manual de normatização e procedimentos para utilização dos veículos oficiais, a fim de tornar os procedimentos padronizados e em consonância com a IN nº 03 de 15 de maio de 2008.

4)Desenvolver mecanismos de controle mais eficiente, que conste a assinatura do responsável pela liberação dos veículos, a indicação expressa da natureza da saída e a data de chegada dos veículos no Campus Castanhal, conforme determinam os incisos I, II, e III do art. 04 da IN nº 03 de 15 de maio de 2008.

5)Providenciar com urgência a renovação do licenciamento anual de veículos automotores, e manter o licenciamento anual em consonância com o calendário estabelecido pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, bem como a quitação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres, conforme determina o art. 36 da IN nº 03 de 15 de maio de 2008 e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

6)Providenciar a atualização das autorizações expedidas para os servidores devidamente habilitados, para dirigir veículos oficiais, conforme disposto o art. 1º da Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996.

7)Instituir Comissão de desfazimento dos veículos classificados inservíveis, em conformidade com o Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990 e do art. 32 da IN nº 03 de 15 de maio de 2008.

8)Realizar o levantamento das multas aplicadas aos veículos oficiais. Proceder à identificação do condutor através do Departamento Estadual de Transito, ou através do relatório de controle interno de saída do veículo. Após identificação das multas decorrentes de atos praticados na direção, conforme disposto no § 3º do art. 257 da Lei nº 9503, de 23 de setembro de 1997, comunicar imediatamente ao motorista que deverá providenciar o recolhimento.

9)Providenciar portaria a ser assinada pelo Diretor-Geral do Campus atribuindo competência aos servidores que atualmente autorizam de forma verbal, a controlar e emitir requisições para abastecimento dos veículos oficiais da Unidade.

10)Realizar em caráter de urgência um novo processo licitatório para consumo de combustível. E adotar providências para que as prorrogações dos contratos de execução de forma contínua somente ocorram em estrita submissão ao disposto no art.57, inciso II, da Lei de Licitações.

11)Manter os documentos de controle dos veículos oficiais (modelos em anexo a IN nº 03 de 15 de maio de 2008) devidamente assinados, atualizados e em bom estado de conservação.

IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES:

Conforme informações dos técnicos da AUDIN em atividade no Campus Castanhal os setores auditados não apresentarem informações quanto às implementações das recomendações expedidas; e que as recomendações foram atendidas de forma parcial, ressaltando que não houve adoção de providências para os itens 3,4,7 e 11.

Gestão Patrimonial

Almoxarifado

1)Evitar a compra volumosa de materiais sujeitos, num curto espaço de tempo, à perda de suas características normais de uso; também daqueles propensos ao obsoletismo, conforme item 2.5 – da armazenagem, Instrução Normativa nº 205, de 08 de abril de 1988.

2)Identificar e fazer a distribuição dos itens com pequeno prazo de validade e dos bens inativos (papeis contínuos e outros) armazenados no almoxarifado, a fim de evitar o

desperdício.

3)Implantar sistema eletrônico de alarme de ações preventivas contra incêndio, e dedetização periódica; assim como a substituição das prateleiras danificadas e a manutenção periódica dos depósitos.

4)Evitar estornos de valores e incorporações patrimoniais, sem que haja apresentação da documentação comprobatória, de acordo com o Acórdão nº 1.129/2010-1ª Câmara. Consultar o setor financeiro mensalmente, a fim de conciliar os lançamentos do relatório de movimento do almoxarifado (RMA) com os registros contábeis efetuados no SIAFI.

5)Realizar pronta distribuição dos materiais permanentes, a fim de evitar o obsolescimento e a perda das garantias firmadas pelos fabricantes e/ou distribuidores.

6)Providenciar treinamento do servidor responsável pela alimentação de dados e a efetiva aplicabilidade do sistema eletrônico de controle nas rotinas administrativas do almoxarifado.

7)Realizar inventários periódicos, a fim de manter maior controle patrimonial; assim como exigir maior qualidade dos trabalhos realizados pelas Comissões Inventariantes .

IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES:

Conforme informações dos técnicos da AUDIN em atividade no Campus Castanhal os setores auditados não apresentarem informações quanto às implementações das recomendações; que as recomendações foram atendidas de forma parcial; e que não houve atendimento para as recomendações citadas nos itens 3,4,5,6 e 7.

Gestão Patrimonial

Controle dos Bens Permanentes

1)Atualizar os Termos de Responsabilidade; Efetuar a devida identificação dos bens sem tombamentos; orientar os responsáveis pela guarda e utilização de equipamentos e materiais permanentes que solicite autorização ao setor responsável pelo controle patrimonial sempre que houver a necessidade de realizar a movimentação e/ou a baixa de equipamentos.

2)Em relação às constatações referentes ao item “c”, recomendamos providenciar com urgência a regularização da documentação do espaço físico do IFPA- Campus de Castanhal, assim como de todas as suas edificações perante o Cartório de Registros de Imóveis, em nome da Entidade; e ainda:

2.1-Providenciar a atualização dos dados referentes aos bens imóveis da Unidade junto ao SPIUNET;

2.2-Em relação aos trabalhos de desfazimento:

2.2.1-Designar nova portaria para que a comissão de desfazimento proceda à conclusão dos trabalhos;

2.2.2-Que a Direção da Unidade mantenha a constante efetivação do saneamento de material, visando à otimização física dos materiais através da reutilização, recuperação e movimentação daqueles considerados ociosos ou recuperáveis. Bem como, a alienação dos antieconômicos e irre recuperáveis, conforme determina o itens 7 da IN/SEDAP n.º 205/1988.

3)Realizar o Inventário Anual dos bens móveis em estoques nos almoxarifados e depósitos, e dos equipamentos e materiais permanentes do IFPA – Castanhal, estabelecendo prazo de no mínimo 90 dias para realização do inventário anual dos equipamentos e materiais

permanentes

4)Efetuar o plaqueamento dos novos bens disponibilizados para uso e realizar a substituição das placas danificadas.

5)De acordo com a IN nº 205 – SEDAP o Termo de Responsabilidade deve ser assinado pelo consignatário. Dessa forma recomenda-se que o Setor Patrimonial realize o aperfeiçoamento do modelo de Termo de Compromisso, identificando: A ordem sequencial; O código de natureza; Registro patrimonial; descrição do item;O setor ou departamento;A localização (sala ou ambiente) onde se localiza o bem;Quantidade por natureza;Valor unitário;Valor total;A assinatura e o nome completo do servidor consignatário responsável pelo setor ou departamento, datado, carimbado ou digitado (caso o servidor não tenha carimbo); O número de controle e o ano que foi emitido o termo de responsabilidade.

IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES:

Conforme informações dos técnicos da AUDIN lotados no Campus Castanhal, os auditados não apresentaram informações quanto às implementações das recomendações expedidas; que as recomendações foram atendidas de forma parcial, ressaltando que não houve adoção de providências para os itens 2,3 e 4.

Gestão Patrimonial

Controle dos Bens Permanentes

1)Atualizar os Termos de Responsabilidade; Efetuar a devida identificação dos bens tombamentos; orientar os responsáveis pela guarda e utilização de equipamentos e mater permanentes que solicite autorização ao setor responsável pelo controle patrimonial sempre houver a necessidade de realizar a movimentação e/ou a baixa de equipamentos.

2)Em relação às constatações referentes ao item “c”, recomendamos providenciar a urgência a regularização da documentação do espaço físico do IFPA- Campus de Castanhal, as como de todas as suas edificações perante o Cartório de Registros de Imóveis, em nome da Entidade ainda:

2.1-Providenciar a atualização dos dados referentes aos bens imóveis da Unidade junto SPIUNET;

2.2-Em relação aos trabalhos de desfazimento:

2.2.1-Designar nova portaria para que a comissão de desfazimento proceda à conclusão trabalhos;

2.2.2-Que a Direção da Unidade mantenha a constante efetivação do saneamento de materiais visando à otimização física dos materiais através da reutilização, recuperação e movimentação daqueles considerados ociosos ou recuperáveis. Bem como, a alienação dos antieconômicos irre recuperáveis, conforme determina o item 7 da IN/SEDAP n.º 205/1988.

3)Realizar o Inventário Anual dos bens móveis em estoques nos almoxarifados e depósitos, e

equipamentos e materiais permanentes do IFPA – Castanhal, estabelecendo prazo de no mínimo dias para realização do inventário anual dos equipamentos e materiais permanentes

4)Efetuar o plaqueamento dos novos bens disponibilizados para uso e realizar a substituição placas danificadas.

5)De acordo com a IN nº 205 – SEDAP o Termo de Responsabilidade deve ser assinado pelo consignatário. Dessa forma recomenda-se que o Setor Patrimonial realize o aperfeiçoamento do modelo de Termo de Compromisso, identificando: A ordem seqüencial;O código de natureza;Região patrimonial; descrição do item;O setor ou departamento;A localização (sala ou ambiente) onde se localiza o bem;Quantidade por natureza;Valor unitário;Valor total;A assinatura e o nome completo do servidor consignatário responsável pelo setor ou departamento, datado, carimbado ou digitado (caso o servidor não tenha carimbo); O número de controle e o ano que foi emitido o termo de responsabilidade.

IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES:

Conforme informações dos técnicos da AUDIN lotados no Campus Castanhal, os auditados apresentaram informações quanto às implementações das recomendações expedidas; que recomendações foram atendidas de forma parcial, ressaltando que não houve adoção de providências para os itens 2,3 e 4.

RECOMENDAÇÕES DO RELATÓRIO Nº 03/2010

REITORIA E CAMPUS BELÉM

PERÍODO: ABRIL A JUNHO DE 2010

Gestão Patrimonial

Controle dos Bens Móveis

1)Reiteramos recomendação para que os Agentes Responsáveis somente cedam material permanente nos casos de comprovado interesse do Órgão ou para viabilizar ação que dependa do bem para atingir sua finalidade, mediante assinatura de Cautela, onde expresse as condições de cessão e prazo para devolução à unidade de origem, e comunicando obrigatoriamente à Divisão de Patrimônio do Campus.

2)Recomendamos aos Agentes Responsáveis, fiel observância aos dispositivos da Instrução Normativa nº 205/88-SEDAP. Quanto aos bens supostamente inservíveis para o setor, o Agente Responsável deve comunicar à Divisão de Patrimônio para que adote as providências adequadas.

3)Recomendamos à Divisão de Patrimônio manter atualizada a relação dos Agentes Responsáveis e dela fornecer cópia ao Diretor-Geral do Campus onde estiver lotado o servidor Auditoria Interna e à Diretoria de Gestão de Pessoas.

4)Recomendamos à Diretoria de Gestão de Pessoas para que nas hipóteses de demissão, remoção, redistribuição, cessão, exoneração de função, afastamento para qualificação, licenças previstas nos Capítulos VI e V da Lei nº 8.112/90, e todas as demais que importem em desligamento do servidor Agente Responsável do setor de origem ou da Instituição, consulte antecipadamente a Divisão de Patrimônio do Campus, para verificar a regularidade da gestão patrimonial do Agente Responsável.

5)Recomendamos à Diretoria de Gestão de Pessoas a publicação tempestiva dos Boletins

Serviço da Entidade para que a Divisão de Patrimônio possa manter atualizado o Rol de Age. Responsáveis.

6)Ocorrendo qualquer avaria do bem patrimonial o Agente Responsável deve comunicar a Divisão de Patrimônio para adoção das providências adequadas.

IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES:

As recomendações acima não foram atendidas ou não estão sendo adotadas.

CAUSA:

O Reitor e o Pró Reitor de Administração não implementaram medidas administrativas visando prover a Auditoria Interna de servidores qualificados em número suficiente para o desempenho de sua missão institucional e de manuais e normativos internos que estabeleçam rotinas e procedimentos para acompanhar as providências tomadas pelos Gestores para atender as recomendações da AUDIN.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:

Tendo em vista as evidências de que a AUDIN atua sem condições estruturais suficientes e que os Dirigentes dos Campi não atendem as recomendações daquela unidade de controle interno, foi solicitado ao IFPA, por meio da Solicitação de Auditoria nº 2011-8750/017, de 03/05/2011, que:

1. Informasse as medidas adotadas para suprir a AUDIN de recursos humanos suficientes para desempenhar satisfatoriamente sua missão;
2. Informasse se o Conselho Superior do IFPA acompanha o atendimento das recomendações da AUDIN;
3. Informasse quais as medidas tomadas pelo Reitor visando a implementação das recomendações da AUDIN;
4. Justificasse a falta de atendimento das recomendações do Relatório nº 01/2010-Castanhal e Relatório 04/2010-Reitoria e Campus Belém.

O Gestor não se manifestou sobre o assunto.

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

Embora o Dirigente não tenha se pronunciado a respeito dos fatos apontados, os exames indicam que a Alta Administração do IFPA não implementou medidas para prover a Auditoria Interna de melhores condições estruturais, não atendendo a recomendação da CGU nesse sentido exarada no Relatório de Auditoria Anual de Contas/Exercício 2009 e as disposições do Artigo 40 do Estatuto do IFPA, que prevê que cada Campus deverá ter uma estrutura de Auditoria Interna.

A estrutura deficiente da AUDIN compromete sua eficácia. Por outro lado, sendo a Auditoria Interna um órgão de assessoramento da Alta Administração da IFE, responsável, dentre outras atribuições, pela avaliação da Gestão e pelo acompanhamento das metas do IFPA, a efetividade da sua atuação depende da importância que os Gestores atribuem a sua opinião. No caso em tela, fica evidente que os Dirigentes não tem dado a devida importância à Unidade de Controle Interno da Instituição.

RECOMENDAÇÃO :

Recomendação 1: 1) Prover a Auditoria Interna de recursos humanos adequados e suficientes, de modo a atender o disposto no Artigo 40 do Estatuto do IFPA;
2) Atender tempestivamente as recomendações da Auditoria Interna, justificando os casos de impossibilidade de atendimento.

2.2.2 ASSUNTO - AUDITORIA DE PROCESSOS DE CONTAS

2.2.2.1 - INFORMAÇÃO: (059)

Em análise às peças do Processo de Contas do IFPA, verificou-se que os membros do Conselho Superior do IFPA e os Diretores dos Campi não foram incluídos no Rol de Responsáveis, contrariando os Incisos II e III do Artigo 10 da IN/TCU n° 63, de 01/09/2010.

Em vista disso, por meio do Ofício nº 17610/2011/CGU-Regional/PA/CGU-PR, de 28/06/2011, o Reitor foi instado a apresentar novo Rol de Responsáveis contendo os responsáveis relacionados na citada Instrução Normativa.

O Reitor não atendeu a solicitação, deixando de apresentar o Rol com as inclusões pertinentes.

2.2.3 ASSUNTO - AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

2.2.3.1 - CONSTATAÇÃO: (058)

Restrição aos trabalhos (limitação do escopo de auditoria) em decorrência do não atendimento de solicitações para apresentação de documentos

Durante os trabalhos de campo da Auditoria Anual de Contas/Exercício 2010, realizados no IFPA, no período de 11/04 a 06/05/2011, não foram apresentados para análise 50 processos administrativos (12 processos de Restos a Pagar, 08 processos de Despesas de Exercícios Anteriores e 30 processos de licitação/dispensa de licitação). Os processos foram solicitados por meio das Solicitações de Auditoria Nº 201108750/001 (prévia), de 05/04/2011, reiterados pela SA Nº 201108750/008, de 19/04/2011, e pela SA 201108750/015, de 29/04/2011.

Posteriormente, após o encerramento dos trabalhos de campo, foi emitida Nota de Auditoria n.º 201108750/001 ultimando solicitação para entrega da documentação pendente de apresentação. A solicitação, contudo, não foi atendida plenamente, já que não foram disponibilizados 32 processos (10 processos de Restos a Pagar, 08 processos de Despesas de Exercícios Anteriores e 14 processos de licitação/dispensa de licitação), prejudicando o andamento dos trabalhos e limitando a emissão de opinião sobre a gestão do IFPA.

A seguir apresentamos relação dos processos não apresentados pelo IFPA, separados por área de gestão:

Assunto: GESTÃO FINANCEIRA

1. Processos de Restos a Pagar não Processados a Liquidar:

Empenho	Conta Contábil	Discriminação	Valor (R\$)
2010NE900241	339039	Outros Serviços de Terceiros – PJ	335.922,96

2010NE900002	339037	Locação de Mão-de-Obra	45.995,00
2010NE900001	339037	Locação de Mão-de-Obra	46.500,00
2010NE900024	449052	Equipamentos e Material Permanente	375.000,00

2. Processos de Restos a Pagar Processados.

Empenho	Conta Contábil	Discriminação	Valor (R\$)
2010NE900241	339039	Outros Serviços de Terceiros -PJ	159.828,93
2010NE900001	339037	Locação de Mão-de-Obra	18.971,87
2010NE900002	339037	Locação de Mão-de-Obra	54.439,97
2010NE000032	449051	Obras e Instalações	1.700.000,00
2010NE900300	449051	Obras e Instalações	53.556,81
2010NE900109	449051	Obras e Instalações	181.581,15

ASSUNTO: GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

1. Pagamento de Exercícios Anteriores:

NOME SERVIDOR	VALOR RECEBIDO
Cezar Henrique Moura de Araujo	R\$ 1.416,29
Jorge Pinheiro de Oliveira	R\$ 2.118,79
Liliane Freitas Costa Moreira	R\$ 1.473,38
Maria Suely da Silva Correa	R\$ 4.000,00
Ricardo Alexandre Moraes da Silva	R\$ 1.719,22
Rosa Maria Coroa Souza	R\$ 4.000,00
Rosa Maria Costa Pinheiro de Sousa	R\$ 4.000,00
Sonia Regina Silva Duarte	R\$ 4.000,00

2. Processo de Cessão da servidora Elinilze Guedes de Teodoro;

3. Processo de Abono Permanência da servidora Vera Lúcia Martins Figueiredo;

Assunto: GESTÃO DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS

1. Processos licitatórios/dispensas de licitação.

Modalidade	Processos/Número	Campus
Tomada de Preços	23051.003934/2010-83	Sem informação

Dispensa de Licitação	23051.004711/2010-33	Sem informação
Pregão	23051.004799/2010-93	Sem informação
Tomada de Preços	23051.004955/2010-00	Sem informação
Pregão	23051.006412/2010-33	Sem informação
Tomada de Preços	23051.009242/2010-49	Sem informação
Pregão	23146.000138/2010-89	Sem informação
Pregão	23402.000617/2009-11	Sem informação
Dispensa		4 CAMPUS IND. MARABÁ
Dispensa		148 IFPA
Pregão Eletrônico		9 CAMPUS BELÉM
Pregão Eletrônico		12 CAMPUS BELÉM
Dispensa		116 CAMPUS BELÉM
Dispensa		4 CAMPUS CASTANHAL

A não apresentação dos processos contraria o disposto no Artigo 26 da Lei 10.180/2001, que dispõe (*“in verbis”*):

Art. 26. *Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado aos servidores dos Sistemas de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, no exercício das atribuições inerentes às atividades de registros contábeis, de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão.*

§ 1o *O agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação dos Sistemas de Contabilidade Federal e de Controle Interno, no desempenho de suas funções institucionais, ficará sujeito à pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.*

CAUSA:

O Reitor não apresentou os processos reiteradamente solicitados.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:

A unidade não apresentou todos processos solicitados, mesmo após a emissão da Nota de Auditoria nº 201108750/01 e nem apresentou os motivos que levaram a não disponibilização dos processos.

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

Não se aplica.

RECOMENDAÇÃO :

Recomendação 1: Atender tempestivamente as solicitações do Controle Interno do Poder Executivo Federal.

3 - GESTÃO FINANCEIRA

3.1 SUBÁREA - RECURSOS EXIGÍVEIS

3.1.1 ASSUNTO - RESTOS A PAGAR

3.1.1.1 - CONSTATAÇÃO: (015)

Inscrição de empenhos em Restos a Pagar sem a correspondente comprovação de sua regularidade.

A pesquisa prévia, realizada no sistema SIAFI GERENCIAL, com objetivo de identificar os saldos de inscrições em Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados a Liquidar, retornou uma planilha com os registros de despesas inscritas. O valor total de inscrições de cada Unidade jurisdicionada e os valores totais inscritos em cada modalidade de inscrição, para o ano de 2010, estão resumidos no quadro a seguir.

UG Executora	Descrição	Restos a Pagar Processados	Restos a Pagar Processados a Liquidar
158135	IFPA/Belém – Reitoria	99.262,98	6.795.288,90
158306	IFPA/Campus Belém	520.976,84	6.456.955,41
158307	IFPA/Campus Rural Marabá	1.749.496,72	1.112.589,26
158308	IFPA/Campus Castanhal	86.827,39	2.077.725,74
158481	IFPA/Campus Tucuruí	0,00	1.390.184,93
158506	IFPA/Campus Bragança	35.994,11	120.411,09
158507	IFPA/Campus Altamira	9.588,27	441.791,30
158508	IFPA/Campus Abaetetuba	1.641,52	1.548.465,54
158509	IFPA/Campus Conceição do Araguaia	45.397,73	0,00
158512	IFPA/Campus Industrial Marabá	57.655,25	805.185,31
158518	IFPA/Campus Santarém	15.841,80	1.574.160,92
	TOTAL	2.622.682,61	22.322.758,4

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 201108750/001, 11/04/2011, foi solicitado à Administração do IFPA a documentação/processos de registros de Restos a Pagar não Processados a Liquidar e de registros de Restos a Pagar Processados, no total de dezoito.

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 201108750/008, de 19/04/2011, foi efetuada a reiteração da solicitação anterior, não havendo atendimento pleno da amostra.

Face ao não atendimento, foi emitida a Solicitação de Auditoria nº 201108750/025, de 05/05/2011, na qual solicita esclarecimentos, conforme a seguir, quanto as inscrições selecionadas, distinguindo os restos a pagar não processados a liquidar dos restos a pagar processados.

Para os restos a pagar não processados a liquidar, mencionar qual inciso do art. 35, do Decreto nº 93.872/1986 fundamentou a inscrição, apresentando a documentação comprobatória.

Os incisos do artigo referido estão descritos a seguir:

I) vigente o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor, nele estabelecida;

II) vencido o prazo de que trata o item anterior, mas esteja em curso a liquidação da despesa, ou seja, de interesse da Administração exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor;

III) se destinar a atender transferências a instituições públicas ou privadas;

IV) corresponder a compromissos assumidos no exterior.

Para os restos a pagar processados, justificar o não pagamento dentro do exercício, apresentando a documentação comprobatória.

Por meio do Ofício nº 310/2011-GAB, de 09/05/2011, a administração do IFPA apresentou as justificativas para as inscrições, efetuando o enquadramento da situação de todos os registros de “restos a pagar não processados a liquidar”, da amostra solicitada, no inciso II, do art. 35 do referido decreto, descrito anteriormente.

Para os restos a pagar processados, e não pagos dentro do exercício, a administração do IFPA justificou usando os seguintes argumentos: por “falta de repasse financeiro pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento”, para alguns casos, “por falta de repasse financeiro por parte do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação”, para outros casos. Também para um caso específico da amostra, “por motivo de o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá não ter efetuado a transferência de recurso”, relativo ao pagamento da obra de construção do Campus do IFPA – Amapá, sob a responsabilidade do Campus do IFPA – Belém.

Entretanto, a Administração do IFPA não apresentou a documentação correspondente a todos os registros de inscrições que foram solicitados na amostra, para análise dos mesmos e confirmação das afirmações fornecidas.

Pelos motivos expostos, a equipe de auditoria da CGU/PA teve limitação de escopo para realizar as ações de análise requeridas para o procedimento de auditoria para a inscrição em restos a pagar.

CAUSA:

O Reitor do IFPA e o Pró-Reitor de Administração do IFPA agiram com morosidade para identificação e localização dos processos correspondentes a amostra solicitada, com a alegação de que eram processos de outros campi, situados em outros municípios, distantes da Reitoria em Belém.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:

Apesar da emissão da Solicitação de Auditoria nº 201108750/031, o gestor do IFPA não se manifestou sobre o fato apontado.

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

A falta de apresentação dos documentos que respaldaram os empenhos das despesas prejudicaram a análise da regularidade das inscrições em Restos a Pagar.

RECOMENDAÇÃO :

Recomendação 1: Recomendamos que o IFPA adote medidas que proporcionem maior rapidez para identificação e seleção de processos/documentos.

3.1.2 ASSUNTO - FORNECEDORES

3.1.2.1 - INFORMAÇÃO: (016)

A análise efetuada nas planilhas fornecidas pelo “site” FTP – Público, elaboradas com base nos registros do sistema SIAFI-GERENCIAL WEB, para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, durante a gestão de 2010, não constatou registro de movimentação e de saldo, para o exercício de 2010, conforme item 3 da Portaria TCU nº 277/2010, para as contas contábeis de códigos:

- 21211.11.00 (Fornecedores por Insuficiência de Créditos/Recursos);
- 21212.11.00 (Pessoal a PG por Insuficiência de Créditos/Recursos);
- 21213.11.00 (Encargos por Insuficiência de Créditos/Recursos);
- 21215.22.00 (Obrigações Tributárias por Insuficiência de Créditos/Recursos);
- 21219.22.00 (Débitos Diversos por Insuficiência de Créditos/Recursos).

A análise efetuada nas planilhas fornecidas pelo “site” FTP – Público, elaboradas com base nos registros do sistema SIAFI-GERENCIAL WEB, para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, durante a gestão de 2010, não constatou registro de movimentação e de saldo, para o exercício de 2010, conforme item 3 da Portaria TCU nº 277/2010, para as contas contábeis de códigos:

- 21211.11.00 (Fornecedores por Insuficiência de Créditos/Recursos);
- 21212.11.00 (Pessoal a PG por Insuficiência de Créditos/Recursos);
- 21213.11.00 (Encargos por Insuficiência de Créditos/Recursos);
- 21215.22.00 (Obrigações Tributárias por Insuficiência de Créditos/Recursos);
- 21219.22.00 (Débitos Diversos por Insuficiência de Créditos/Recursos).

4 - GESTÃO PATRIMONIAL

4.1 SUBÁREA - INVENTÁRIO FÍSICO E FINANCEIRO

4.1.1 ASSUNTO - REGISTROS OFICIAIS E FINANCEIROS

4.1.1.1 - CONSTATAÇÃO: (004)

Não atendimento das determinações exaradas pelo TCU no Acórdão 7698/2010-1ª Câmara para regularização de divergência entre os inventários de bens móveis e imóveis e o saldo do SIAFI

O Tribunal de Contas da União, no julgamento das contas do antigo CEFET/PA- Exercício 2004 (Acórdão nº 7698/2010-1ª Câmara) determinou ao atual Instituto Federal de Educação Tecnológica do Pará que regularizasse a divergência entre os inventários de bens móveis e imóveis e o saldo constante do SIAFI, nos termos da Instrução Normativa SEDAP 205/1988.

Nos trabalhos de Auditoria realizados pela AUDIN em 2010 no Campus Belém, na Reitoria e no Campus Castanhal foi constatado que essas Entidades não regularizaram a divergência e nem providenciaram a realização do inventário de 2010

Durante os trabalhos de campo, em entrevista, técnicos do setor de patrimônio do Campus Belém ratificaram essa informação, observando ainda que o inventário de 2009 do antigo CEFET/PA também não foi feito.

O Contador do IFPA, no Relatório de Gestão 2010, registrou que os Campi não estão fazendo a conciliação dos saldos apontados nos RMA e RMB com os saldos existentes no SIAFI em virtude de falta de programa de controle patrimonial, evidenciando que a Unidade não implementou medidas efetivas para atender a recomendação do TCU.

CAUSA:

O Reitor, dirigente máximo da Instituição, e o Pró Reitor de Administração, que tem a atribuição estatutária de superintender e coordenar as atividades de planejamento, administração, gestão de pessoas, orçamentária, financeira e patrimonial., não implementaram medidas administrativas com vistas a solucionar a falha apontada pelo Tribunal.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 201108750/27, de 13/05/2011, foi solicitado ao Gestor que justificasse o não atendimento da recomendação do TCU para regularizar a divergência entre os inventários de bens móveis e imóveis e o saldo constante do SIAFI.

O Gestor não atendeu a solicitação.

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

Não se aplica.

RECOMENDAÇÃO :

Recomendação 1:

Regularizar a divergência entre os inventários de bens móveis e imóveis e o saldo constante do SIAFI, nos termos da Instrução Normativa SEDAP 205/1988.

4.2 SUBÁREA - BENS IMOBILIÁRIOS

4.2.1 ASSUNTO - UTILIZAÇÃO DE IMOBILIÁRIOS

4.2.1.1 - CONSTATAÇÃO: (013)

Ausência de rotinas para a efetuação de registros e controle quanto ao uso e conservação dos Bens Imóveis do IFPA.

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 201108750/001, de 05/04/2011, foram solicitadas ao IFPA

informações sobre a área de exame Utilização de Imobiliários – Gestão de Bens de Uso Especial, a seguir relatadas. A Solicitação de Auditoria nº 201108750/008, de 19/04/2011, reiterou a solicitação inicial.

Em resposta, por meio do Ofício nº 291/2011, de 26/04/2011, o IFPA encaminhou o Memorando nº 014/2011 – PROAD, de 20/04/2011, no qual responde aos questionamentos que lhe foram feitos, quanto aos controles internos do IFPA sobre seus imóveis:

a) Se existe setor responsável pela gestão dos bens imóveis sob a responsabilidade do IFPA;

“Atualmente o setor responsável pela gestão de bens imóveis desta Reitoria é a Coordenação de Gestão de Materiais – CGM. Quanto aos bens imóveis do IFPA, estamos realizando levantamento dos bens em todos os Campi, para providenciarmos atualização junto ao sistema SPIUNET.”

Portanto, o setor responsável pela gestão de bens imóveis é a Coordenação de Gestão de Materiais – CGM. Como informação adicional, o IFPA menciona que está levantando os bens de todos os campi para providenciar a atualização de seus registros no sistema SPIUnet.

b) se os procedimentos de trabalho, relativos à gestão dos imóveis, estão formalizados e divulgados entre o pessoal responsável;

“Com a criação dos Institutos Federais, através da Lei nº 11.892/08, que estabelece o procedimento do patrimônio de cada um dos novos institutos, estamos adotando procedimentos para acompanhamento dos responsáveis de cada Campi, quanto a gestão dos bens imóveis.”

A resposta, portanto, não deixa claro se há procedimentos estabelecidos, formalizados e divulgados aos diversos setores responsáveis, dos diversos campi. Ao contrário, dá a entender que ainda estão sendo elaborados procedimentos para o acompanhamento dos responsáveis de cada campus para a gestão de Bens Imóveis.

c) se são adotadas rotinas de programação e acompanhamento da manutenção dos imóveis;

“As rotinas de manutenção dos bens imóveis são acompanhadas pelo Diretor Geral e Diretor de Administração de cada Campi, com a análise da Diretoria Técnica de Obras – DTO, que realiza os procedimentos necessários para a manutenção.”

A afirmação fornecida não responde à essência da pergunta que é saber se há rotinas de programação e acompanhamento da manutenção de bens imóveis. Ao contrário, responde no sentido de informar a competência da ação de manutenção dos imóveis, não deixando claro se compete a Administração de cada campus, por meio de seu Diretor Geral e de seu Diretor de Administração, ou se por parte da Diretoria Técnica de Obras – DTO.

d) se são adotadas rotinas para verificação do vencimento da data de validade de avaliação dos imóveis;

“As rotinas de validade de avaliação deverão ser adotadas de acordo com a legislação vigente.”

A Administração nada informa com relação a adoção de rotinas para a avaliação dos imóveis e das datas de validade dos respectivos laudos de avaliação.

e) se existe pessoal responsável pela atualização das informações no SPIUnet;

“Atualmente estamos providenciando o cadastramento do servidor responsável pela Coordenação de Gestão de Materiais – CGM, junto ao sistema SPIUNET.”

Portanto, a informação constata que não há servidor cadastrado para o uso do sistema SPIUnet e, em consequência, não há servidor responsável pela atualização das informações no sistema referido.

f) se o pessoal adota medidas com o objetivo de evitar que no SPIUnet sejam inseridas e mantidas informações incompletas/desatualizadas;

“Posteriormente ao cadastro supra, estaremos adotando procedimentos para manter informações atualizadas.”

Portanto, não há adoção de procedimentos, ou medidas, para atualização permanente dos cadastros dos imóveis do IFPA, estando ainda em fase de elaboração.

Com a resposta citada, combinada com as respostas dadas no item “e” e, de acordo com a informação adicional, dada na resposta do item “a”, sobre a intenção de providenciar a atualização do SPIUnet somente após o levantamento dos bens imóveis dos diversos campi, então o IFPA declara que os registros no citado sistema não estão atualizados.

g) se existem rotinas com o objetivo de diagnosticar periodicamente a situação em que se encontram os imóveis sob responsabilidade do IFPA, de forma a identificar possíveis problemas e propor soluções;

“Os diagnósticos são realizados pelo Diretor Geral e Diretor de Administração de cada Campi, com acompanhamento da DTO.”

A informação dada pela Administração do IFPA não responde à essência da pergunta que é a existência, ou não, de rotinas de verificação do estado de conservação dos imóveis e as medidas adotadas para solucionar os problemas que forem constatados pela entidade.

Ao invés, a resposta aborda a questão da competência da ação de diagnóstico dos imóveis, atribuindo ao Diretor Geral e ao Diretor de Administração de cada campi a competência para fazer essas verificações, acompanhados da Diretoria Técnica de Obras.

h) se existe rotina de vistoria dos imóveis, de modo a garantir que só sejam ocupados por pessoas autorizadas, de acordo com as finalidades e condições estabelecidas.

“Os procedimentos de vistoria e normas para utilização dos bens imóveis são estabelecidos pela Direção Geral de cada campi.”

A resposta não aborda a essência da pergunta quanto a existência, ou não, de rotina para vistoria dos imóveis, a fim de avaliar se a ocupação está sendo feita com a devida autorização da Administração e de acordo com as finalidades a que se destinam.

De acordo com a resposta fornecida, a Administração do IFPA declara ser de competência da Direção Geral de cada campi estabelecer os procedimentos para vistoria, bem como também estabelecer as normas para utilização dos bens imóveis

Nas mesmas Solicitações de Auditoria, já citadas anteriormente, também foi solicitada a apresentação do Inventário de Bens Imóveis para análise, entretanto, a Administração do IFPA não o apresentou à equipe de auditoria da CGU/PA.

Portanto, de acordo com as informações prestadas, o IFPA não realiza o devido controle sobre seus bens imóveis para a efetuação de registros e monitoramento quanto ao uso e conservação dos Bens Imóveis da entidade. Não há definição de procedimentos padronizados, determinados pela

Administração Central, ficando a cargo de cada campus a adoção de seus procedimentos de ação.

Em outras palavras, cada campus age de forma plenamente autônoma, não havendo coordenação efetiva por parte da Administração Central.

Além disso, a constatação mais significativa que corrobora com a opinião de ausência de controles efetivos sobre os bens imóveis do IFPA é a não disponibilização do Inventário de Bens Imóveis do Exercício de 2010 por inexistência do mesmo, ou ainda, por não ter sido elaborado pela entidade.

CAUSA:

Os gestores da Administração Central do IFPA não instruíram os servidores do Instituto no sentido de adotar procedimentos padronizados para o controle de seus bens imóveis.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:

Apesar da emissão da Solicitação de Auditoria nº 201108750/031, o gestor do IFPA não se manifestou sobre o fato apontado.

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

Não se aplica.

RECOMENDAÇÃO :

Recomendação 1:

Implantar rotinas para a efetuação de registros e controle quanto ao uso e conservação dos Bens Imóveis do IFPA.

4.2.1.2 - CONSTATAÇÃO: (014)

Ausência de registros e de atualização de registros dos imóveis do IFPA no sistema SPIUnet.

A pesquisa prévia, realizada no SPIUnet, com objetivo de identificar os Bens de Uso Especial de Propriedade da União, retornou apenas um(01) imóvel para o exercício de 2009 e não retornou nenhum imóvel para o exercício de 2010.

Mesma pesquisa para identificar os Bens de Uso Especial Locados de Terceiros para os exercícios de 2009 e 2010, entretanto, não retornou nenhum imóvel.

A análise do Relatório de Gestão do IFPA – Exercício de 2010 constatou que o mesmo não apresenta todas as informações inerentes aos quadros A.11.1, A.11.2 e A.11.3, conforme discrimina a Portaria TCU nº 277/2010, além de haver conflito entre as informações do quadro A.11.1 e o único dado obtido na pesquisa efetuada.

De certo, o Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial da União

indica um total de dez(10) imóveis, distribuídos entre oito(08) municípios. No caso do município de Belém, o quadro apresenta o total de dois(02) imóveis para os exercícios de 2009 e 2010.

Entretanto, a pesquisa anteriormente citada, indica o registro de apenas um imóvel no sistema SPIUnet, com as seguintes informações:

UG 153017(IFPA)

RIP do imóvel SPIUnet: 427006495009;

RIP da Utilização: 427001885003;

Regime de Utilização: 4 (Cessão-Outros);

Tipo de Destinação: Escola;

Conta Contábil: 14211007;

Data de Início de Utilização: 13/11/2000;

Avaliação do Imóvel de Uso Especial: em 05/03/2001;

Validade da Avaliação do Imóvel: até 05/03/2003;

Proprietário do Imóvel – SPIUnet: sem registro;

Fração Ideal – SPIUnet: 1;

Valor do Terreno Utilizado: R\$ 13.837.430,98.

Para o caso de Bens de Uso Especial Locados de Terceiros, a pesquisa no SPIUnet não retornou nenhum imóvel, mas o Quadro A.11.2, constante do Relatório de Gestão do IFPA, informa a ocorrência de três (03) imóveis.

Os fatos constatados indicam as falhas relatadas a seguir:

a) dos dez Imóveis de Uso Especial da União, citados no Quadro A.11.1, apenas um(01) está registrado no sistema SPIUnet;

b) o código 153017 representativo da UG, indica ser o número correspondente ao CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará, inexistente hoje em dia, em virtude de ter sido sucedido pelo IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, UG 158135, a partir de 2010;

c) a avaliação do imóvel, com data de 05/03/2001, venceu-se em 05/03/2003, e não foi procedida nova avaliação do imóvel até o presente momento;

d) o campo indicativo do proprietário do imóvel está sem o devido preenchimento;

e) os três Imóveis de Uso Especial da União, locados, citados no Quadro A.11.2, não apresentaram registro no SPIUnet.

Por meio do Ofício nº 291/2011, de 26/04/2011, o IFPA encaminhou o Memorando nº 014/2011 – PROAD, de 20/04/2011, no qual responde aos questionamentos que lhe foram feitos quanto aos controles internos sobre seus imóveis.

Com relação às providências adotadas por meio de rotinas para verificação do vencimento da data de validade de avaliação dos imóveis, o IFPA respondeu que:

“As rotinas de validade de avaliação deverão ser adotadas de acordo com a legislação vigente.”

Portanto, a Administração não informa se adota rotinas de procedimentos para a verificar tempestivamente as datas de validade dos respectivos laudos de avaliação e providenciar de forma tempestiva uma nova avaliação de seus imóveis, a fim de manter os registros atualizados.

Indagada se existe pessoal responsável pela atualização das informações no SPIUnet, a Administração informou que:

“Atualmente estamos providenciando o cadastramento do servidor responsável pela Coordenação de Gestão de Materiais – CGM, junto ao sistema SPIUNET.”

Portanto, não há servidor cadastrado para o uso do sistema SPIUnet, pois a administração informa que ainda está providenciando o cadastramento de servidor, e, em decorrência, não há servidor responsável pela atualização das informações no sistema referido.

Quanto a indagação de adoção de medidas com o fim de evitar que sejam inseridas no SPIUnet informações incompletas/desatualizadas e que as mesmas assim se mantenham indefinidamente, a Administração do IFPA, respondeu que:

“Posteriormente ao cadastro supra, estaremos adotando procedimentos para manter informações atualizadas.”

Portanto, a Administração nada informa quanto a existência e a adoção de procedimentos, ou medidas, para atualização permanente dos cadastros dos imóveis do IFPA, pois os mesmos ainda estão em fase de elaboração.

O Quadro A.11.3, conforme discrimina a Portaria TCU nº 277/2010, discrimina as UG's e relaciona-as com as informações de número do RIP, Regime de Utilização, Estado de Conservação, Valor Histórico, Data de Avaliação do Imóvel, Valor Reavaliado, e Despesa com Manutenção no Exercício com o Imóvel e com Instalações, dispostas em colunas.

Entretanto, no Relatório de Gestão, esse quadro está praticamente incompleto, havendo informações somente quanto ao regime de utilização e o estado de conservação do imóvel. As demais colunas estão em branco, sem nenhum registro de informação.

Em vista dos fatos, a equipe de auditoria da CGU/PA emitiu a Solicitação de Auditoria nº 201108750/026, de 06/05/2011, na qual são feitos os seguintes questionamentos:

Com relação à gestão de Bens de Uso Especial de Propriedade da União ou locados de terceiros, conforme descrição do Quadro 56 e do Quadro 57, páginas 106 e 107 do Relatório de Gestão, informar o que se pede:

a) Informar a numeração do RIP (Registro Imobiliário Patrimonial de cada um dos dez imóveis citados no Quadro 56 do Relatório de Gestão;

b) o regime de utilização de cada imóvel;

c) o valor de avaliação do imóvel e a data de avaliação;

d) o estado de conservação de cada imóvel;

e) informar as despesas efetuadas com a manutenção desses imóveis;

f) informar se há imóveis que estejam fora do patrimônio da União com algum impedimento para regularização. Caso haja algum imóvel nessa situação, informar as providências tomadas pela Unidade junto à SPU (Secretaria de Patrimônio da União) para a regularização desses impedimentos.

A 16 de maio de 2011, a Administração do IFPA enviou resposta aos questionamentos por meio do Ofício nº 323/2011-GAB, de 13/05/2011, entretanto, não responde objetivamente os questionamentos feitos, limitando-se a informar que está tomando providências para suprir as faltas apontadas nos questionamentos anteriores.

Portanto, os fatos constatarem que a Administração do IFPA não mantém controle efetivo sobre os imóveis de sua jurisdição, não havendo a definição de servidor responsável para efetuar os registros dos imóveis no sistema SPIUnet e mantê-los atualizados, e por não adotar procedimentos de avaliação periódica de seus imóveis.

Nesse sentido, não houve pedido de pronunciamento dos gestores para que os mesmos se manifestassem quanto a não adoção de procedimentos de registro, monitoramento e atualização dos registros dos bens imóveis da entidade, no sistema SPIUnet, por parte dos servidores do IFPA.

CAUSA:

Os gestores da Administração Central do IFPA não instruíram os servidores do Instituto no sentido de adotar procedimentos de registro, monitoramento e atualização dos registros dos bens imóveis da entidade no sistema SPIUnet.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:

Apesar da emissão da Solicitação de Auditoria nº 201108750/031, o gestor do IFPA não se manifestou sobre o fato apontado.

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

Os procedimentos de auditoria, aplicados nos exames dos Bens Imóveis do IFPA demonstraram que os cadastros dos imóveis da entidade estão desatualizados. Segundo informação prestada, ainda estão em fase de elaboração os procedimentos e a adoção de medidas de controle dos imóveis, não havendo servidor responsável, formalmente designado, para efetuar os registros dos imóveis no sistema SPIUnet e mantê-los atualizados.

Portanto, de acordo com as evidências levantadas, a Administração do IFPA não mantém controle efetivo sobre os imóveis sob sua jurisdição, configurando infração ao Decreto nº 99.672, de 06/11/1990 e Lei 9.636, de 15/05/1998, que dispõem sobre o Cadastro Nacional de Bens Imóveis de propriedade da União, além de outras providências.

RECOMENDAÇÃO :

Recomendação 1:

Providenciar a atualização e/ou registro dos imóveis do IFPA no SPIUnet.

5 - GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

5.1 SUBÁREA - REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E VANTAGENS

5.1.1 ASSUNTO - CONSISTÊNCIA DOS REGISTROS

5.1.1.1 - CONSTATAÇÃO: (021)

Cessão de servidores sem atendimento das normas que regem a matéria

Em exame aos processos de cessão, foi constatada a ocorrência de cessão de servidores sem atendimento das normas que regem a matéria:

- Andréa de Melo Valente (matrícula SIAPE 3356467): a servidora foi cedida ao Governo do Estado do Pará, por meio da Portaria MPOG nº 1951 de 04/08/2008, publicada no D.O.U. de 05/08/2008, com prazo de 1 ano. A servidora permanece cedida, no entanto, não consta no processo nenhuma prorrogação da cessão. Ademais não foram apresentados os comprovantes de ressarcimento relativos ao período de agosto/2008 a abril/2011;

- César Henrique Moura de Araújo (matrícula SIAPE 1050698): o servidor foi cedido ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará, por meio da Portaria nº 1472 de 13/08/2004, publicada no D.O.U. de 18/08/2004, com prazo de 1 ano, findo o prazo da Portaria, 18/08/2005, o servidor permaneceu cedido, havendo prorrogação apenas no dia 28/03/2006, por meio da Portaria MPOG nº 428, publicada no D.O.U. de 30/03/2006, a qual prorrogou a cessão até 18/08/2006. O servidor permanece cedido, não constando no processo nenhuma outra prorrogação;

- Cláudio Alex Jorge da Rocha (matrícula SIAPE 990129): o servidor foi cedido ao Governo do Estado do Pará, por meio da Portaria MPOG nº 443, publicada no D.O.U. de 13/03/2007, com prazo de 1 ano. O servidor permaneceu cedido até março/2011, não constando no processo nenhuma prorrogação. Ademais não foram apresentados os comprovantes de ressarcimento relativos ao período de novembro/2007 a março/2011;

- Cláudio Roberto de Lima Martins (matrícula SIAPE 1055803): o servidor foi cedido ao Governo do Estado do Pará, por meio da Portaria MPOG nº 423, publicada no D.O.U. de 13/03/2007, com prazo de 1 ano. O servidor permaneceu cedido até março/2011, não constando no processo nenhuma prorrogação. Ademais não foram apresentados os comprovantes de ressarcimento relativos ao período de novembro/2007 a março/2011;

- Elinilze Guedes Teodoro (matrícula SIAPE 1055196): a servidora foi cedida ao Governo do Estado do Pará, por meio da Portaria MPOG nº 1956, publicada no D.O.U. de 05/08/2008, de acordo com a referida Portaria a cessão se efetivou em 01/02/2008, com prazo de 1 ano. A servidora permaneceu cedida até abril/2010, não foi apresentado nenhum documento de prorrogação da cessão. Ademais não foram apresentados os comprovantes de ressarcimento relativos ao período de fevereiro/2008 a abril/2010. Ressalte-se que a constatação foi feita com base na documentação entregue pela Entidade, qual seja uma cópia da publicação da Portaria de cessão, não sendo disponibilizado o processo de cessão da servidora;

- Franklin Gomes de Freitas (matrícula SIAPE 41426): o servidor foi cedido ao Governo do Estado do Amapá, por meio da Portaria MPOG nº 1297, publicada no D.O.U. de 03/07/2007. Houve prorrogação por meio da Portaria MPOG nº 2277, publicada no D.O.U. de 19/08/2008, a qual estendeu o prazo de cessão até 03/07/2009, findo o prazo o servidor permaneceu cedido, havendo prorrogação apenas em 08/02/2010, por meio da Portaria MPOG nº 331, publicada no D.O.U. de 11/02/2010, com prazo de 1 ano. Ademais não foram apresentados os comprovantes de ressarcimento relativos ao período de julho/2007 a fevereiro/2011;

- Kleber Roberto Matos da Silva (matrícula SIAPE 2458382): o servidor foi cedido ao Governo do Estado do Pará por meio da Portaria MPOG nº 761 de 24/04/2007, publicada no D.O.U. de 26/04/2007, segundo a Portaria a cessão tinha prazo de 1 ano a contar de 09/01/2007. A cessão foi prorrogada por meio da Portaria MPOG nº 648, de 31/03/2008, publicada no D.O.U. de 01/04/2008, de acordo com a mesma a prorrogação é válida até 09/01/2009. O servidor permaneceu cedido até março/2011, não constando no processo nenhuma outra prorrogação. Ademais não foram apresentados os comprovantes de ressarcimento relativos ao período de janeiro/2007 a março/2011;

- Luiziel Henderson Guedes de Oliveira (matrícula SIAPE 273318): o servidor foi cedido à ELETORNORTE por meio da Portaria MEC nº 4317, publicada no D.O.U. de 14/12/2005, com validade de 1 ano. O servidor permanece cedido, não constando no processo nenhuma prorrogação. Ademais não foram apresentados os comprovantes de ressarcimento relativos ao período de janeiro/2009 a abril/2011;

- Nehemias Medeiros de Oliveira (matrícula SIAPE 30164): o servidor foi cedido ao SIPAM, por meio da Portaria MEC nº 781, de 25/06/2008, publicada no D.O.U. de 26/06/2008. O servidor permanece cedido, não constando no processo nenhuma prorrogação;

- Nilton César Almeida Queiróz (matrícula SIAPE 1556966): o servidor foi cedido ao Governo do Estado do Pará, por meio da Portaria nº 758, de 24/04/2007, publicada no D.O.U. de 26/04/2007, conforme a Portaria a cessão tinha prazo de 1 ano a contar de 01/01/2007. O servidor permaneceu cedido até janeiro/2011, não constando no processo nenhuma prorrogação. Ademais não foram apresentados os comprovantes de ressarcimento relativos ao período de janeiro/2007 a janeiro/2011;

- Rogídea Maria Passos Villette (matrícula SIAPE 273367): a servidora foi cedida ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará, por meio da Portaria MPOG nº 898, de 02/06/2006, publicada no D.O.U. de 07/06/2006, com prazo de 1 ano. A servidora permanece cedida, não constando no processo

nenhuma prorrogação;

- Yukari Kawaguchi (matrícula SIAPE 1077965): a servidora foi cedida ao SIPAM, por meio da Portaria MEC nº 1013 de 29/10/2007, publicada no D.O.U. de 30/10/2007. A servidora permanece cedida, não constando no processo nenhuma prorrogação;

CAUSA:

A Pró-Reitoria de Administração não tomou providências no sentido de efetivar o retorno dos servidores cedidos sem portaria de prorrogação da cessão.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 201108750/21, de 04/05/2011, reiterada pela S.A. nº 201108750/31, de 26/05/2011, foram solicitados esclarecimentos sobre as os servidores que se encontravam cedidos sem atendimento das normas que regulamentam a cessão de servidores do Poder Executivo Federal;

A Entidade se manifestou por meio do Ofício nº 253/2011-DIGEP/PA, de 30/05/2011, transcrito a seguir:

“Em atenção ao expediente nº 201108750/031, de 26 de maio de 2011, proveniente da Auditoria, requerido por V.S^a, a qual solicita providências quanto aos resultados dos servidores cedidos, instaurados nesta instituição com vistas apurar diversas irregularidades verificadas.

Informamos que foi designado um servidor desta diretoria para fazer um levantamento. E, o respectivo servidor emitiu um relatório indicando desde o ano 2009 até a presente data, 27 de maio de 2011, os nomes dos servidores que já retornaram as atividades laborais junto ao Instituto Federal do Pará, conforme descrevemos abaixo:

Andréa de Melo Valente, Matrícula SIAPE 3356467, Portaria nº 1951 de 04/08/2008, Situação: Verificação em andamento;

César Henrique Moura de Araújo, Matrícula SIAPE 1050698, Portaria nº 1472 de 13/08/2004, Situação: Verificação em andamento;

Cláudio Alex Jorge da Rocha, Matrícula SIAPE 990129, Portaria nº 443 de 13/03/2007, Situação: Servidor já retornou para o IFPA;

Cláudio Roberto de Lima Martins, Matrícula SIAPE 1055803, Portaria nº 423 de 13/03/2007, Situação: Servidor já retornou para o IFPA;

Elinilze Guedes Teodoro, Matrícula SIAPE 1055196, Portaria nº 1956 de 05/08/2008, Situação: Servidor já retornou para o IFPA;

Franklin Gomes de Freitas, Matrícula SIAPE 41426, Portaria nº 1297 de 03/07/2007, Situação: Servidor já retornou para o IFPA;

Kleber Roberto Matos da Silva, Matrícula SIAPE 2458382, Portaria nº 761 de 24/04/2007, Situação: Servidor já retornou para o IFPA;

Luiziel Henderson Guedes de Oliveira, Matrícula SIAPE 273318, Portaria nº 4317 de 14/02/2005, Situação: Verificação em andamento;

Nehemias Medeiros de Oliveira, Matrícula SIAPE 30164, Portaria nº 781 de 25/06/2008, Situação: Verificação em andamento;

Nilton César Almeida Queiroz, Matrícula SIAPE 1556966, Portaria nº 758 de 24/04/2007, Situação: Servidor já retornou para o IFPA;

Rogídea Maria Passos Villette, Matrícula SIAPE 273367, Portaria nº 898 de 02/06/2006, Situação: Cessão prorrogada até 31/12/2011;

Yukari Kawaguchi, Matrícula SIAPE 1077965, Portaria nº 1013 de 29/10/2007, Situação: Verificação em andamento;

Desta forma, 06 servidores já retornaram a este IFPA, estando somente pendente suas regularizações junto ao sistema SIAPE. Entretanto, destacamos que todos os servidores cedidos já foram devidamente catalogados.”

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

A manifestação não trás nenhuma informação nova sobre a existência de servidores cedidos sem portaria de prorrogação e sem ressarcimento pelo órgão cessionário, apenas confirma o que já foi relatado, inclusive no que tange aos servidores que retornaram ao órgão, informação que já constava no texto da constatação. Ademais, informa equivocadamente que o registro dos servidores que retornaram está desatualizado, visto que no SIAPE consta o registro do retorno dos 6 servidores.

RECOMENDAÇÃO :

Recomendação 1: Notificar os servidores cedidos sem portaria de prorrogação da cessão, para retorno imediato ao IFPA;

Recomendação 2: Levantar o débito relativo ao ressarcimento de cada servidor e providenciar a cobrança dos valores devidos, estipulando prazo limite para pagamento. Caso o pagamento não seja efetivado, providenciar a inclusão do Órgão Cessionário no CADIN.

5.1.1.2 - CONSTATAÇÃO: (024)

Pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade sem comprovação documental do direito ao recebimento, visto que não há portaria de localização dos servidores que recebem os adicionais.

Para verificar a legalidade do pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores da Entidade, foram solicitados, por meio da Solicitação de Auditoria nº 201108750/01, de 05/04/2011, o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho de todos os setores da Entidade, bem como as portarias de localização de 184 servidores que receberam adicional de insalubridade e 9 servidores que receberam adicional de periculosidade durante o exercício 2010.

A Entidade disponibilizou o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho, datado de 2008, do Campus Belém, o qual contém também a avaliação dos Campi Altamira, Marabá e Tucuruí, disponibilizou ainda o laudo do Campus Castanhal. Quanto às portarias de localização, informou, por meio do Ofício nº 192/2011 – DIGEP/IFPA, de 20/04/2011, que não foram encontradas as portarias de localização de alguns servidores e apresentou uma Portaria de Localização dos servidores em exercício na reitoria, sendo que a Portaria é datada de 12/04/2011, ou seja, não estava vigente durante o exercício 2010.

CAUSA:

A Pró-Reitoria de Administração autorizou o pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade sem a existência das portarias de localização dos servidores beneficiados.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 201108750/18, de 04/05/2011, a Entidade foi questionada a respeito do pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade sem comprovação documental do direito ao recebimento. A Entidade se manifestou por meio do Ofício nº 208/2011 – DIGEP/IFPA, conforme transcrição a seguir:

“Com vistas a atender à solicitação acima, informamos que, diante da inexistência de portaria de localização, em face ao direito do servidor, encaminhamos memorando circular nº 012/2009 – CSS/IFPA (anexo I), a todos os coordenações e unidades desta Instituição Federal do Pará, solicitando aos responsáveis a expedição de memorando, enumerando os servidores que sob sua gestão, exerciam suas atividades laborativas naquele ambiente de trabalho, para que assim fizéssemos a análise do direito, nos termos do Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT, quanto à retribuição do adicional de insalubridade ou periculosidade aos servidores desta Instituição Federal de Ensino.

Ainda, no mesmo solicitamos que nos mantivéssemos informados sobre qualquer lotação ou deslocamento de servidor para outra coordenação ou unidade, pois dessa forma manteríamos o controle do pagamento do adicional de insalubridade/periculosidade aos servidores desta instituição, até que fossem providenciadas as referidas portarias de localização.

Aqui vale ressaltar que, durante o exercício 2009 e 2010, os procedimentos sofreram algum tipo de prejuízo em face às migrações, tanto no Sistema quanto na metodologia de Gestão, uma vez que deixávamos de ser CEFET/PA e iniciávamos a gestão do IFPA, agora não mais centralizado, pois foi delegada aos Campi autonomia para atos de gestão.

Desta forma, recebemos memorandos, conforme cópias anexas, como os nomes dos servidores lotados nas determinadas coordenações/ setores do IFPA, e assim esta sendo feito até o momento o controle do pagamento do referido adicional.”

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

A Entidade apresentou cópia de memorandos circulares encaminhados por diversas Coordenações da Instituição listando os servidores que fariam jus aos adicionais de insalubridade e periculosidade, no entanto, os referidos documentos não tem validade legal para este fim, uma vez que o normativo que regulamenta a matéria, Decreto nº 97.458/1989, diz que o pagamento será processado à vista da portaria de localização ou de exercício do servidor.

RECOMENDAÇÃO :

Recomendação 1: Publicar Portaria de localização dos servidores que recebem adicional de insalubridade e periculosidade, de modo a regularizar a situação.

5.1.1.3 - CONSTATAÇÃO: (028)

Não apresentação das declarações de bens e rendas/ autorização de acesso pelos ocupantes de cargos ou funções de confiança.

Para verificar o cumprimento do que determina a Lei nº 8.730/1993, foi solicitado por meio da Solicitação de Auditoria nº 201108750/11, de 26/04/2011, que a Entidade disponibilizasse a relação dos ocupantes de cargos ou funções de confiança da Entidade, bem como suas declarações de bens e rendas ou as autorizações de acesso as mesmas via sistema da Receita Federal.

A Entidade disponibilizou a relação solicitada, porém, quanto às declarações de bens e rendas/ autorizações de acesso, informou que os ocupantes dos cargos comissionados e funções de confiança não as apresentaram.

CAUSA:

O Reitor e o Pró-Reitor de administração não tomaram providências junto ao ocupantes de cargos/ funções de confiança para que as declarações de bens e rendas/ autorizações de acesso fossem tempestivamente apresentadas.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:

Por meio do Ofício nº 195/2011 – DIGEP/IFPA, de 28/04/2011, a Entidade assim se manifestou:

“Com vistas a atender ao item 81 da SA 201108750/011, informamos que estamos apresentando, em anexo, a relação dos servidores que possuem Função Gratificada e Cargo de Direção. Entretanto, tais servidores não entregaram na Diretoria de Gestão de Pessoas suas respectivas Declaração de IR, exercício de 2010, ano base 2009, motivo pelo qual expedimos Memorando Circular nº. 01/2011/DIGEP (doc. Anexo) aos servidores enquadrados na situação em referência requerendo a entrega de tal documentação.

Diante do exposto, informamos que, no momento, ainda não podemos disponibilizar as Declarações de IR, exercício de 2010, ano base 2009 solicitada, mas estamos providenciando o cumprimento da referida determinação.”

A Entidade apresentou, ainda, em 27/05/2011, por meio do Ofício nº 252/2011-DIGEP/IFPA, a seguinte manifestação:

“Em atenção à Solcitação de Auditoria nº 201108750/031, de 26 de maio de 2011, requeridas por V.Sª, a qual requer providências, dentre outras, quanto à entrega ou não declarações de bens e rendas e/ou autorização de acesso pelos ocupantes de cargos comissionados e funções de confiança a declaração de bens e rendas.

Informamos que através do Memorando Circular nº 01/2011/DIGEP, foram requerido dos servidores deste instituto federal ocupantes de Cargo em Direção (CD) ou Função Gratificada (FG) a Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda – Pessoa Física, relativa ao exercício 2010, ano

calendário 2009 (doc. Anexo). Sendo que já remetemos para análise dessa equipe de auditoria as Declarações de Ajuste Anual recebidas nesta Diretoria de Pessoas.”

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

Em que pese as providências intempestivamente adotadas pela Entidade, a constatação permanece, visto que foram entregues apenas 25 autorizações de acesso e 57 declarações de ajuste anual, sendo que o total de ocupantes de cargos/ funções de confiança da Entidade é 355. Ademais, é válido ressaltar que a Lei nº 8.730/1993 se refere a disponibilização da declaração de bens e rendas e não a declaração de ajuste anual.

A não apresentação das declarações de bens e rendas/ autorizações de acesso vai de encontro a uma obrigatoriedade contida na Lei nº 8.730/1993. Ademais contraria também normativo do TCU, IN TCU nº 05, de 10/03/1994, ainda vigente no exercício 2010, que assim dispunha:

“Art. 2º As autoridades e os servidores referidos no art. 1º entregarão, anualmente, à Unidade de Pessoal do órgão ou entidade a que se vinculem, cópia assinada da mesma declaração apresentada à Secretaria da Receita Federal para fins de Imposto de Renda – Pessoa Física.”

Ressalte-se que a referida IN foi revogada, estando vigente a IN nº 65, de 20/04/2011, que passou a assim dispor:

“Art. 5º Para os fins previstos no §2º do art. 1º da Lei nº 8.730, de 1993, as unidades de pessoal remeterão anualmente ao Tribunal de Contas da união, no prazo de 30(trinta) dias, após a data limite estipulada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil para entrega da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física, a relação atualizada das autorizações recebidas das autoridades mencionadas nos incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730, de 1993, com indicação dos casos omissos.

Parágrafo único. A relação de que trata este artigo deverá conter nome, cargo e CPF de todas as autoridades, bem como data de envio da declaração indicada no caput e nome do órgão ou entidade a que se refere.”

RECOMENDAÇÃO :

Recomendação 1: Atender ao que dispõe a IN TCU nº 65, de 20/04/2011, providenciando junto a todos os ocupantes de cargos ou funções de confiança a disponibilização das autorizações de acesso às declarações via sistema da Receita Federal, encaminhando anualmente ao TCU no prazo estipulado pelo referido normativo a relação atualizada das referidas autorizações.

5.1.1.4 - CONSTATAÇÃO: (032)

Falhas na formalização dos processos de concessão de abono permanência.

Em exame a 29 processos de concessão de abono permanência, de um total de 45, verificou-se que os mesmos não estavam devidamente formalizados, uma vez que não continham as certidões de tempo de contribuição e, também, o documento que atesta o direito ao recebimento do abono, que nos processos em tela é um despacho da Diretoria de Gestão de Pessoas.

NOME DO SERVIDOR	DOCUMENTOS QUE NÃO CONSTAM
------------------	----------------------------

	NO PROCESSO DE CONCESSÃO DE ABONO PERMANÊNCIA
ANA MARIA HATCHWELL DE ALMEIDA	Despacho de concessão da DIGEP e certidão de tempo de contribuição.
FRANCISCO INACIO COSTA	Certidão de tempo de contribuição.
HILDEBRANDO AUGUSTO BELFORT LISBOA	Despacho de concessão da DIGEP e certidão de tempo de contribuição.
HILTON PRADO DE CASTRO	Despacho de concessão da DIGEP.
JONAS LOPES BARROSO	Despacho de concessão da DIGEP e certidão de tempo de contribuição.
LEOCYR FIGUEIREDO DA CUNHA	Despacho de concessão da DIGEP e certidão de tempo de contribuição.

Ressalte-se que as certidões de tempo de contribuição que não constavam nos autos foram apresentadas posteriormente.

CAUSA:

O Reitor e o Pró-Reitor de Administração da Entidade não adotaram rotinas para formalização de processos e autorizaram a concessão dos benefícios sem a formalização adequada dos processos.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 201108750/27, de 06/05/2011, a Entidade foi questionada sobre a ausência da documentação nos processos em comento, apresentando, por meio do Ofício nº 214/2011 – DIGEP/IFPA, de 09/05/2011, a seguinte manifestação:

“ Apesar de alguns processos apresentarem ausência de algumas folhas, que de alguma forma, em face à manipulação dos arquivos, extraviou-se, foi corrigido esta pendência e observado que permanece o direito ao pagamento de abono de permanência aos servidores elencados de acordo com as respectivas datas e fundamentos legais.”

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

No que tange a legalidade do pagamento não houve questionamento pela equipe de auditoria, visto que os documentos relativos ao tempo de contribuição do servidor foram apresentados posteriormente, bem como estavam devidamente registrados no sistema SIAPE, porém, no tocante a formalização do processo restou comprovado que a Entidade não teve o devido zelo deixando que se extraviassem dos autos documentos de fundamental importância para comprovação do direito do servidor, como a certidão de tempo de contribuição, já o despacho verifica-se que foi feito apenas após a expedição da Solicitação de Auditoria nº 201108750/27. Restando evidente que os processos em comento foram formalizados indevidamente.

RECOMENDAÇÃO :

Recomendação 1: Formalizar adequadamente os processos de concessão de abono permanência,

especialmente quanto a fazer constar os despachos de concessão e as certidões de tempo de serviço.

Recomendação 2: Aprimorar os controles internos na área de Recursos Humanos.

5.1.1.5 - CONSTATAÇÃO: (035)

Falta de registro de atos de admissão e concessão de aposentadoria e pensão, efetivados no exercício 2010, no sistema SISACNET/TCU.

Realizando consulta ao sistema SIAPE para levantar o número de atos de admissão, concessão de aposentadoria e pensão realizados no exercício 2010, bem como os registros feitos no sistema SISACNET/TCU, constatou-se que a Entidade deixou de registrar no SISACNET os seguintes atos:

- Aposentadoria: foram realizados, no exercício 2010, 13 atos de concessão de aposentadoria, sendo que 1 atos não foi registrado no sistema SISACNET, conforme relação a seguir:

MATRÍCULA SERVIDOR	SIAPE DO DIA DA APOSENTADORIA
273201	06/10/2010

- Pensão: foram realizados, no exercício 2010, 3 atos de concessão de pensão, sendo que 1 ato não foi registrado no sistema SISACNET, conforme relação a seguir:

MATRÍCULA INSTITUIDOR	SIAPE DO MÊS DA CONCESSÃO DA PENSÃO
485055	Janeiro/2010

- Admissão: foram realizados, no exercício 2010, 372 atos de concessão de pensão, sendo que 285 atos não foram registrados no sistema SISACNET, conforme relação a seguir:

MATRÍCULA SERVIDOR	MÊS DE INGRESSO	MATRÍCULA SERVIDOR	MÊS DE INGRESSO
1768051	mar/10	1750351	jan/10
1750238	jan/10	1819676	SET/2010
1580368	jan/10	2682932	SET/2010
1795345	jun/10	1820148	AGO/2010
1797452	jul/10	1800744	jul/10
1750389	jan/10	1821480	SET/2010
1750406	jan/10	1822844	nov/10

1774205	ABR/2010	1794293	jul/10
1774291	ABR/2010	1517350	SET/2010
1771457	FEV/2010	1820108	SET/2010
2424077	SET/2010	1817995	SET/2010
1821108	OUT/2010	1820891	SET/2010
1820597	SET/2010	1774314	ABR/2010
1819609	SET/2010	1813110	SET/2010
1813254	SET/2010	1820708	SET/2010
1797276	jul/10	1779634	ABR/2010
1522237	FEV/2010	1619556	SET/2010
1574578	OUT/2010	1813024	SET/2010
1820346	SET/2010	1757758	jan/10
1819711	SET/2010	1774295	ABR/2010
1768118	FEV/2010	1828410	nov/10
2669397	SET/2010	1212906	SET/2010
1814375	SET/2010	1753812	FEV/2010
1819078	OUT/2010	1819672	SET/2010
1753256	FEV/2010	2697640	mar/10
1774759	mar/10	1821178	SET/2010
1813481	SET/2010	1820022	SET/2010
338105	SET/2010	1773894	mar/10
1813387	SET/2010	1817377	SET/2010
1768260	FEV/2010	1812854	SET/2010
1825906	nov/10	2648467	SET/2010
1730728	SET/2010	1812770	SET/2010
1813745	SET/2010	1799739	jul/10
1817807	SET/2010	2700742	SET/2010
3299887	ABR/2010	1767522	FEV/2010
1752917	jan/10	1820120	SET/2010
1750527	jan/10	3716595	SET/2010
1814765	SET/2010	1799057	jul/10
1812642	SET/2010	1814732	SET/2010
1814413	SET/2010	1813426	SET/2010
1818322	SET/2010	1824240	OUT/2010
1801008	jul/10	2545967	SET/2010

1820299	SET/2010	1755088	FEV/2010
1761274	FEV/2010	2650752	SET/2010
1813786	SET/2010	1819392	SET/2010
1824704	OUT/2010	1796935	jul/10
1820915	SET/2010	1761240	FEV/2010
1753866	FEV/2010	2325158	SET/2010
1820923	SET/2010	1819495	SET/2010
2717123	SET/2010	2514985	nov/10
1817880	SET/2010	1751094	jan/10
1828347	nov/10	1307071	jan/10
1797429	jul/10	1649340	SET/2010
1826140	SET/2010	1820656	SET/2010
1607439	SET/2010	1820789	SET/2010
2818003	OUT/2010	1810820	AGO/2010
1821330	SET/2010	1705520	FEV/2010
1814823	SET/2010	1824714	nov/10
1814138	SET/2010	2716536	SET/2010
1820875	SET/2010	2374751	SET/2010
1775261	mar/10	1754694	FEV/2010
1820975	SET/2010	1828634	nov/10
1820337	SET/2010	1820364	SET/2010
1820973	SET/2010	1248602	jan/10
1817233	SET/2010	1774107	ABR/2010
1820369	AGO/2010	2540195	SET/2010
1750411	jan/10	1826201	nov/10
1749104	jan/10	1773937	ABR/2010
1813613	SET/2010	2800167	SET/2010
1820437	SET/2010	1774304	ABR/2010
1820722	SET/2010	1814717	SET/2010
1779750	ABR/2010	1813092	SET/2010
1820209	SET/2010	1814079	SET/2010
2672736	SET/2010	1820805	SET/2010
1752605	jan/10	1229172	SET/2010
1820323	SET/2010	1773126	FEV/2010
1821172	SET/2010	1304770	jul/10

1797034	MAI/2010	1767898	mar/10
1767724	FEV/2010	1727509	SET/2010
1771355	jan/10	2726727	OUT/2010
1751371	jan/10	1361659	SET/2010
1760103	FEV/2010	1781489	ABR/2010
1753604	jan/10	1795585	SET/2010
1791438	jun/10	1820180	SET/2010
1185306	jul/10	1753609	jan/10
1813452	SET/2010	2642755	SET/2010
1774883	FEV/2010	1813767	SET/2010
3193862	SET/2010	1813485	SET/2010
1820201	SET/2010	1778997	ABR/2010
1820508	OUT/2010	1818569	SET/2010
1817765	SET/2010	1818320	SET/2010
1821015	SET/2010	1820772	SET/2010
1814506	SET/2010	1820699	OUT/2010
2682568	FEV/2010	2521435	SET/2010
1773897	ABR/2010	1813055	SET/2010
1820690	SET/2010	1751413	jan/10
2751245	jan/10	1820751	SET/2010
1577602	SET/2010	3206256	SET/2010
1819814	SET/2010	1285675	mar/10
1820876	SET/2010	1724680	SET/2010
4357312	SET/2010	1819905	SET/2010
1366627	ABR/2010	1696101	SET/2010
1821549	AGO/2010	1750581	jan/10
1820892	SET/2010	1813107	SET/2010
2369487	SET/2010	1820849	OUT/2010
2778246	SET/2010	1813980	SET/2010
1812677	SET/2010	1637316	SET/2010
1817808	SET/2010	1818821	SET/2010
1814841	SET/2010	1820307	SET/2010
1797584	jul/10	1814695	SET/2010
1819779	SET/2010	2692869	SET/2010
1814795	SET/2010	1812996	SET/2010

1773953	ABR/2010	1818583	SET/2010
1814416	SET/2010	1251577	FEV/2010
2557608	OUT/2010	1285667	SET/2010
1819387	SET/2010	1798988	jul/10
1814644	SET/2010	1814552	SET/2010
1551635	SET/2010	1813145	SET/2010
1820599	OUT/2010	1828391	nov/10
1799991	jul/10	1812889	SET/2010
1797485	jul/10	1750782	jan/10
1779605	ABR/2010	1817642	SET/2010
1753584	jan/10	1817752	SET/2010
1817896	SET/2010	1820276	SET/2010
1820527	SET/2010	1817714	SET/2010
1822371	OUT/2010	1820804	SET/2010
1795296	jun/10	1748744	jan/10
1820152	SET/2010	1620249	SET/2010
1798253	MAI/2010	1760804	jan/10
1820096	SET/2010	1683960	jan/10
1751351	jan/10	1821346	SET/2010
1750316	jan/10	1773918	ABR/2010
1823604	nov/10	1818402	SET/2010
1820664	SET/2010	1812691	SET/2010
1819656	SET/2010	1821016	OUT/2010
1818055	SET/2010	1752654	jan/10
1779180	ABR/2010	1683079	SET/2010
1597147	SET/2010	1814498	SET/2010
1826322	SET/2010	1825568	nov/10
1779244	ABR/2010	1620242	SET/2010
1820008	SET/2010	1779570	ABR/2010
1812911	SET/2010	1817772	SET/2010
2296604	ABR/2010	-	-

A ausência de registro no SISACNET vai de encontro a uma obrigatoriedade contida na Instrução Normativa TCU nº 55/2007.

CAUSA:

O Pró-Reitor de administração da Entidade não adotou rotinas para o acompanhamento dos atos de admissão, concessão de aposentadoria e pensão.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:

Por meio das Solicitações de Auditoria nº 201108750/28, de 16/05/2011 e nº 201108750/031, de 30/05/2011, foi solicitado que a Entidade justificasse a falta de registro dos referidos atos. A IFPA apresentou, por meio do Ofício nº 254/2011-DIGEP, de 30/05/2011, a seguinte manifestação:

“Em atenção ao expediente nº 201108750/031 e 201108750/028, proveniente da Auditoria, requerido por V. S^a, o qual solicita justificativa quanto ao não cadastramento de atos no sistema SISAC/TCU, destacamos que todos os servidores relacionados já foram devidamente catalogados para o correto cadastramento no órgão de código 10013423 – IFPA, no qual foi obtido acesso recentemente, ressaltando que alguns atos tinham sido cadastrados na época no órgão de código 10444378 – Escola Agrotécnica Federal de Castanhal – MEC ou no código 10457208 – Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará – MEC, conforme exemplo anexo.”

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

A justificativa é pertinente no que se refere ao cadastramento de atos com o código da Escola Agrotécnica Federal de Castanhal e do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará, sendo verificado um total de 65 registros nos referidos códigos. No entanto, restam sem registro no SISAC 285 atos de admissão, 1 de aposentadoria e 1 de pensão.

RECOMENDAÇÃO :

Recomendação 1:

Registrar, tempestivamente, os atos de admissão e concessão de aposentadoria no sistema SISACNET/TCU.

Recomendação 2: Regularizar a situação dos atos de admissão, concessão de aposentadoria e pensão ainda não registrados no SISAC.

5.1.1.6 - CONSTATAÇÃO: (043)

Não atualização cadastral de pensionistas com idade superior a 90 anos.

Procedendo consulta ao sistema SIAPE constatou-se a existência de 2 pensionistas com idade superior a 90 anos, o que de acordo com o Decreto nº 2.251/1997, vigente até março/2010, obriga a Entidade a realizar anualmente a atualização cadastral dos mesmos.

A Entidade não realizou a atualização cadastral prevista no Decreto mencionado dos seguintes pensionistas:

Matrícula SIAPE	Data de Nascimento
3690920	28/02/1919

147885	26/02/1918
--------	------------

CAUSA:

O Reitor e o Pró-Reitor de Administração não adotaram providências para realizar a atualização cadastral dos pensionistas em comento.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 201108750/28, de 16/05/2011, foi solicitado que a Entidade justificasse a não atualização cadastral em comento. No entanto, a Entidade não apresentou justificativa.

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

Não se aplica.

RECOMENDAÇÃO :

Recomendação 1: Que a Entidade proceda a atualização cadastral dos pensionistas em tela.

5.2 SUBÁREA - REGIME DISCIPLINAR

5.2.1 ASSUNTO - PROCESSOS DE SINDICÂNCIAS

5.2.1.1 - CONSTATAÇÃO: (003)

Não atendimento das recomendações da CGU para observação dos prazos nos processos administrativos disciplinares

No Relatório de Auditoria de Gestão nº 208549, a CGU recomendou que o IFPA observasse rigorosamente os prazos para a conclusão dos procedimentos administrativos disciplinares, promovesse nova designação dos membros das comissões e que, após, a conclusão dos trabalhos apresentasse a CGU/PA cópias dos relatórios das comissões e das decisões exaradas.

Na Auditoria Anual de Contas do exercício 2009, foi constatado que o Gestor não havia atendido essas recomendações e, novamente, foi recomendado (Relatório de Auditoria nº 244015) que fossem observados os prazos para a conclusão dos processos administrativos.

Na 1ª Revisão do Plano de Providências Permanente do IFPA, objeto da Nota Técnica nº 2.586/2010/CGU-Regional/PA/CGU/PR, de 03 de novembro de 2010, o Gestor informou “ *A Diretoria de Gestão de Pessoas em esforço conjunto com o Gabinete da Reitoria formaram comissão com membros de vários Campi, com formação jurídica, no qual está em fase de implantação, visando com isso resolver as pendências referentes aos Processos disciplinares.*” sobre o assunto, o Relatório de Gestão de 2010 informa que “*Conforme dados colhidos junto à Diretoria de Gestão de Pessoas, todos os processos de índole disciplinar instaurados durante o ano estão concluídos*”.

Com o objetivo de verificar a efetiva implementação das medidas recomendadas nos Relatório nº 208549 e 244015 foi solicitado ao Gestor, por meio da Solicitação de Auditoria nº 201108750/017, de 03/05/2011, que relacionasse os processos analisados pela Comissão, em 2010, com as respectivas conclusões, bem como o estoque de processos ainda pendente. O IFPA não atendeu as solicitações.

CAUSA:

O Reitor, dirigente máximo da Instituição, e o Pró Reitor de Administração, que tem a atribuição estatutária de superintender e coordenar as atividades de planejamento, administração, gestão de pessoas, orçamentária, financeira e patrimonial, não adotaram medidas administrativas com vistas a atender as recomendações da CGU.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:

O IFPA inicialmente não atendeu a Solicitação de Auditoria para apresentar o resultado dos trabalhos da Comissão. Posteriormente, atendendo a Solciitação de Auditoria nº 201108750/30, de 26/05/2011, que apresentou os fatos resultantes dos exames e interlocuções realizados, o IFP informou que designou um servidor para fazer levantamento e posterior emissão de relatório, que indicará, desde o ano de 2009 até 27/05/2011, todos os PADs instaurados, discriminando dados como portaria de designação, de membros da comissão responsável, número do processo, relatório e julgamento exarado pela comissão e o resultado. Informou, ainda, que todos os PADs de 2011 já haviam sido devidamente catalogados, apresentado planilha comprobatória.

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

A manifestação do Gestor demonstra que nenhuma providencia foi tomada no exercicio 2010 para atender a recomendação da CGU.

RECOMENDAÇÃO :

Recomendação 1:

Recomendamos ao IFPA que acompanhe sistematicamente o trabalho de levantamento dos processos de apuração de responsabilidade não concluídos, de modo a atender o disposto nos Artigos 148 a 182 da Lei nº 8.112/90, apresentando o resultado dos trabalhos a CGU, no prazo de 120 dias.

6 - GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS/SERVIÇOS**6.1 SUBÁREA - REGISTRO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS - SIASG****6.1.1 ASSUNTO - CADASTRO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS NO SIASG****6.1.1.1 - CONSTATAÇÃO: (011)**

Inconsistência nos registros de contratos do IFPA no SIASG.

A análise efetuada nos registro do sistema SIASG retornou uma relação de contratos com quarenta e

seis (46) registros.

A corroborar com a pesquisa efetuada, a análise do Relatório de Gestão de 2010 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, em seu item 7.0, constatou a informação de que:

“No exercício de 2010, não houve ocorrência de contratos e convênios, ou outros instrumentos congêneres no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, Sistemas SIASG e SICONV.”

Em vista dos dados obtidos, foi solicitado por meio da Solicitação de Auditoria nº 201108750/001, de 11/04/2011, que o IFPA informe a relação de todos os contratos vigentes na unidade, no exercício de 2010, fornecendo o número dos contratos e seus respectivos valores, incluindo os aditivos. Face ao não atendimento, foi emitida a Solicitação de Auditoria nº 201108750/008, de 19/04/2011, reiterando a solicitação inicial.

A Administração do IFPA apresentou a relação de contratos que lhe foi pedida por meio do Ofício nº 300/2011-GAB, de 02/05/2011, mas recebido pela CGU/PA em 11/05/2011, após o encerramento dos trabalhos de análise documental em campo, já na fase de escrita do relatório.

A análise da planilha de contratos fornecida pelo IFPA, comparando-a com a planilha obtida em pesquisa no SIASG, constatou:

- a) a ocorrência de vinte e três(23) contratos com registro no SIASG e quinze(15) contratos sem o devido registro;
- b) o Contrato nº 038/2009, com a empresa COPYSYSTEMS COPIADORAS Ltda., não contém o valor correspondente na planilha enviada pelo IFPA;
- c) o Contrato nº 016/2009 está registrado no SIASG com o valor de R\$ 448.616,00, enquanto a relação do IFPA está como R\$ 483.859,20.

Diante do fato, foi emitida a Solicitação de Auditoria nº 201108750/028, de 12/05/2011, solicitando esclarecimentos a essas constatações. Não havendo resposta do IFPA até o fechamento do relatório de gestão.

Os fatos constatarem que o IFPA não mantém controle efetivo sobre os registros de contratos no

sistema SIASG, além de não atualizar os registros dos contratos existentes.

CAUSA:

O Reitor e o Pró-Reitor de Administração do IFPA não instruíram os servidores do Instituto no sentido de adotar procedimentos padronizados para o registro e a atualização de registros de contratos no sistema SIASG.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:

Apesar da emissão da Solicitação de Auditoria nº 201108750/031, o gestor do IFPA não se manifestou sobre o fato apontado.

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

A atitude da Administração do IFPA, em não expressar manifestação sobre o fato apontado, demonstra que houve o consentimento tácito do relato que lhe foi apresentado.

De fato, é significativa a constatação de quinze(15) contratos sem o devido registro no SIASG, em uma amostra de trinta e oito(38) contratos, apresentados em uma lista elaborada pela própria unidade, representando um percentual de 39,47% de contratos sem a comprovação do devido registro.

Os fatos apontados demonstram a falta da prática de registro tempestivo no SIASG dos contratos firmados, ocasionando registros parciais e desatualizados, falta de acompanhamento dos registros a serem efetuados por parte do setor responsável, além da falta de controle por parte da Administração.

RECOMENDAÇÃO :

Recomendação 1:

Fazer o levantamento dos contratos vigentes e registrar no SIASG aqueles ainda não cadastrados.

Recomendação 2:

Aprimorar os controles da área de contratos.

6.1.1.2 - CONSTATAÇÃO: (012)

Falta de registro de Transferência Voluntária no SICONV.

A análise efetuada nos registros do SIAFI e do SICONV, não indicaram o registro de nenhuma Transferência Voluntária, realizada pela Unidade, durante a gestão de 2010, para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA.

Entretanto, a leitura do Relatório de Gestão 2010 do IFPA, em seu subitem 6.1.1 – Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2010, constata a realização de uma Transferência Voluntária, de modalidade convênio, com número de registro 001/2010, no valor global de R\$ 38.400,00, com o início de vigência em 01/01/2010 e término previsto para 31/12/2010. Do valor proposto, o relatório indica que houve o repasse de R\$ 27.927,15, durante o exercício de 2010, permanecendo um saldo remanescente de R\$ 10.472,85. Como contrapartida da entidade conveniente, o relatório informa:

“Mão-de-obra de detentos da SUSIPE.”

A pessoa jurídica beneficiária (CNPJ: 05.929.042/0001-25) é entidade do Governo do Estado do Pará. A situação do convênio, registrada no Relatório de Gestão 2010, indica que o convênio foi excluído.

Entretanto, consulta efetuada para o CNPJ dado, nos registros do SIAFI, pela Transação CONNE, identificou o registro da Nota de Empenho nº 2010NE000050, de 03/05/2010, no valor de R\$ 27.927,15. Em suas descrições, a nota de empenho registra a despesa na conta contábil 339039(Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica) e, como descrição, menciona:

“Valor que se empenha para atender com a absorção de mão-de-obra, com trabalho produtivo e educativo, em consonância com suas penas, adquirindo, assim, treinamento em diversos setores, visando suas futuras inserções na sociedade.”

Pelo exposto, o objeto da despesa realizada pelo IFPA tem característica de convênio, já que previa a transferência de recursos públicos, tendo como partícipes duas entidades de direito público, uma pertencente à União e outra ao Governo do Estado do Pará, visando a execução de projeto/atividade de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação. Entretanto, o IFPA não efetuou o registro da transação como convênio, nem no SICONV nem no SIAFI.

Dessa forma, os sistemas de registro de convênio não contemplam as informações referentes ao convênio nº 001/2010, citado no Relatório de Gestão de 2010, apesar de o mesmo estar vigente no início do exercício de 2010. Nesse sentido, não houve pedido de manifestação dos gestores para que os mesmos se manifestassem quanto a não efetuação do registro do convênio no SICONV.

CAUSA:

O IFPA não deu tratamento de convênio ao instrumento do acordo formalizado com a SUSIPE, tratando-o como despesa com contratação de Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. Por sua vez, os gestores da Administração do IFPA, nas pessoas do Reitor do IFPA, do Pró-Reitor de Administração e do Diretor-Geral do IFPA - Campus Castanhal, não instruíram os servidores do Instituto no sentido de adotar procedimentos padronizados para os registros das Transferências Voluntárias das quais é partícipe.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:

Apesar da emissão da Solicitação de Auditoria nº 201108750/031, o gestor do IFPA não se manifestou sobre o fato apontado.

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

Os fatos relatados demonstram o procedimento indevido da Administração do IFPA ao tratar o acordo firmado com a SUSIPE como uma prestação de serviços. Dessa forma, tratou a SUSIPE, Pessoa Jurídica de Direito Público, como se fosse uma empresa privada, Pessoa Jurídica de Direito Privado, embora tenha registrado em seu Relatório de Gestão do Exercício de 2010 como convênio, inclusive mencionando o número de registro 001/2010.

As falhas apontadas constataam a falta de instrução dos servidores do Instituto no sentido de adotar

procedimentos padronizados para os registros das Transferências Voluntárias das quais a Unidade é partícipe.

RECOMENDAÇÃO :

Recomendação 1:

Providenciar o registro do Convênio celebrado com a SUSIPE.

Recomendação 2:

Aprimorar os controles da área de Convênios, de modo a atender tempestivamente o disposto no Decreto nº 6.170/2007, alterado pelo Decreto nº 6.329, de 27 de dezembro de 2007.

7 - DESENVOLV EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

7.1 SUBÁREA - FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

7.1.1 ASSUNTO - PROGRAMAÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS

7.1.1.1 - INFORMAÇÃO: (057)

Trata-se da Ação 2992- Funcionamento da Educação profissional, do Programa 1062- Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica, cuja finalidade é garantir a manutenção e custeio das instituições da rede federal de educação profissional, visando assegurar o desempenho da sua finalidade precípua, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.. A ação é executada de forma direta pelo IFPA.

O montante de recursos executados nesta Ação, no exercício de 2010, está discriminado no quadro abaixo:

Ação Governamental	Despesas Executadas	% de despesas executadas no programa
Ação 2992- Funcionamento da Educação profissional	67.119.788,38	78,28%
.		

7.1.2 ASSUNTO - PROCESSOS LICITATÓRIOS

7.1.2.1 - CONSTATAÇÃO: (022)

Realização indevida de dispensa de licitação com fundamento no Inciso XI do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, no valor total de R\$ 1.267.874,12.

O Art.24-Inciso XI- da lei 8.666/93 determina que o contrato resultante de serviço que teve o contrato rescindido deve ter as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

O IFPA- Campus Castanhal- realizou, em 2010, 02 dispensas de licitação com base no Inciso 11 do Artigo 24 da Lei nº 8.666/93. Da análise dos processos verificou-se que a contratação não atendeu os requisitos da Lei, conforme a seguir detalhado:

Processo 23000.070321/2010-57- Campus Castanhal- Contratação de empresa remanescente do pregão eletrônico srp nº 09/2010 - Pólo Comércio e Representação Ltda

O IFPA- Campus Castanhal realizou em 19/07/2010 o Pregão 09/2010 com o objetivo de adquirir gêneros alimentícios, de forma parcelada. A empresa M.E. da Silva Brito venceu 15 itens do Grupo 1, com o preço total de R\$ 765.854,00. Em segundo lugar ficou a empresa Tiete Comércio e Representações Ltda. Com o valor de R\$ 785.198,00; em terceiro lugar a empresa PARÁ AMAZON Comércio de Alimentos com o valor de R\$ 789.760,00 e, em quarto, a empresa Polo Comércio e Representações Ltda. com o valor de R\$ 791.774,00.

Em 24/08/2010 a empresa vencedora do Pregão, ME da Silva Brito, solicitou reequilíbrio dos preços contratados, alegando aumento significativo do preço dos produtos. O novo preço global proposto foi de R\$ 1.043.076,00. O Coordenador de Licitações do Campus Castanhal manifestou-se no sentido de que o fornecedor fosse liberado da obrigação contratual para posterior convocação dos licitantes remanescentes. O IFPA alegando não poder conceder o reequilíbrio de preços proposto enviou ofício ao contratado liberando-o do compromisso.

No processo consta consulta a empresa classificada em terceiro lugar, que afirmou só poder fornecer os alimentos se houvesse correção de preços. Consta ainda uma proposta de preços da empresa Polo Comércio e Representações no valor de R\$ 938.762,00.

Sem justificativa e sem parecer jurídico, a Instituição, embora tenha negado o reequilíbrio de preços à licitante vencedora e ignorado a solicitação de correção de preços da licitante classificada em terceiro lugar, passou a adquirir os gêneros alimentícios da empresa classificada em quarto lugar- Polo Comércio e Representações, com novos preços corrigidos em 18,56%, desatendendo as condições impostas no Inciso XI Art.24 da Lei 8.666/93.

Em vista do resultado da análise, por meio da Solicitação de Auditoria nº 201108750/020, de 05/05/2011, foi solicitado Gestor que:

- Justificasse a contratação da empresa POLO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES por valores mais elevados do que aquele contratado com a empresa M.E. SILVA BRITO;

- Justificasse a concessão desse reequilíbrio apenas à empresa classificada em 3º lugar (POLO COMÉRCIO E REP. LTDA.), considerando que na consulta às empresas classificadas em 2º e 3º lugar não foi concedido reequilíbrio dos preços proposto no Pregão 009/2010,

Processo 23000.070321/2010-57- Campus castanhal- Contratação de empresa remanescente do pregão eletrônico nº 22/2008- E. Santos Lima Vigilância e Segurança Ltda.

O IFPA- Campus Castanhal realizou em 30/12/2008 Pregão Eletrônico para contratação de serviço de vigilância armada e desarmada. Sagrou-se vencedora a empresa SENA Segurança Inteligente e Transportes de Valores Ltda., com o preço anual de R\$ 210.000,00 e mensal de R\$ 17.500,00. Em segundo lugar foi classificada a empresa E. SANTOS LIMA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA-ME, com o valor de R\$ 210.249,99.

Alegando descumprimento contratual por parte da empresa contratada, o Diretor da Escola rescindiu o contrato com a empresa SENA Segurança Inteligente e Transportes de Valores Ltda. e

convocou a licitante remanescente classificada em segundo lugar para assumir o serviço. A contratação foi precedida de Parecer Jurídico respaldando a rescisão e a contratação da segunda colocada com base no Inciso 11 do Artigo 24 da Lei 8.666/93, desde que as condições contratuais não fossem alteradas.

No processo não constam o contrato original celebrado com a empresa SENA Segurança Inteligente e Transportes de Valores Ltda. e nem os termos aditivos, entretanto segundo os registros do SIAFI, à época da rescisão, o contrato era de R\$ 25.000,00 mensais.

O IFPA_Campus Castanhal contratou a licitante remanescente pelo valor mensal de R\$ 27.426,01, alegando que no preço estava incluído reequilíbrio financeiro solicitado pela empresa, o qual ainda não havia sido formalmente concedido. O referido reequilíbrio não consta do Processo. Também não consta Parecer Jurídico respaldando a nova contratação.

Embora o serviço fosse remanescente e a contratação tenha ocorrido em novembro de 2010, o prazo de vigência do contrato foi de um ano e o valor total do contrato foi de R\$ 329.112,12.

A contratação por preço superior àquele do contrato rescindido desatendeu as condições impostas no Inciso XI Art.24 da Lei 8.666/93.

Em vista do resultado da análise, por meio da Solicitação de Auditoria nº 201108750/019,, de 04/05/2011, foi solicitado Gestor que:

- Disponibilizasse o contrato (com os respectivos termos aditivos) celebrado com a empresa SENA Segurança Inteligente e Transportes de Valores Ltda;
- Apresentasse justificativas para inclusão no valor proposto à licitante remanescente de preço contendo reajuste relativo a equilíbrio econômico financeiro ainda não concedido e contratado com a empresa que teve seu contrato rescindido;
- Apresentasse justificativas para celebração de contrato com prazo de vigência de Novembro/2010 a Novembro/2011, já que se tratava de remanescente de serviço, cujo prazo de vigência expiraria em 31/12/2010.

CAUSA:

O Diretor do Campus Castanhal celebrou contrato com as empresas sem que estivesse demonstrado, no processo, que haviam sido atendidos os requisitos do Inciso XI do Artigo 24 da Lei nº 8.666/93.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:

Foram solicitadas justificativas para as situações acima apontadas, bem como solicitados novos documentos ao Gestor por meio das Solicitações de Auditoria nº 201108750/019, de 04/05/2011 e nº 201108750/020, de 05/05/201, não havendo manifestação.

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

O Gestor não se pronunciou sobre o assunto, deixando, assim, de justificar a razão de ter efetivado a contratação das duas empresas por dispensa de licitação com fundamento no Inciso XI do artigo 24 da Lei nº 8.666/93 sem que estivessem preenchidos os requisitos do referido artigo, quais sejam: que estivesse atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

RECOMENDAÇÃO :

Recomendação 1: Fazer nova licitação de modo a rescindir os contratos com as empresas Pólo Comércio e Representação Ltda e E. Santos Lima Vigilância e Segurança Ltda., caso ainda estejam em vigor,

Cumprir integralmente os requisitos do Inciso XI do Artigo 24 da Lei 8.666/93, em caso de contratação de remanescente de obras e serviços.

7.1.2.2 - CONSTATAÇÃO: (023)

Realização indevida de pregão eletrônico para contratação serviços de engenharia.

Em análise ao Pregão Eletrônico 05/2010 (Processo N^o. 23051.006689/2009-22), verificou-se que a licitação para a contratação da empresa Bentes Junior Engenharia Ltda (R\$ 21.299,00) realizou-se na modalidade pregão eletrônico. A licitação destinou-se à contratação de empresa especializada para prestação de serviços em reparação em parte da cobertura dos blocos H, J,M,N e outros nas instalações deste IFPA-Campus Belém. Em análise ao projeto não restou evidenciado tratar-se de serviço comum, motivo pelo qual foi inapropriadamente utilizada a modalidade de licitação pregão eletrônico.

CAUSA:

O Reitor autorizou e homologou indevidamente a realização de pregão eletrônico para contratação de serviços de engenharia.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:

Por meio do Ofício N^o. 323/2011-GAB, O Reitor informou que “*Os serviços de reparação dos blocos H, J, M e N e outros, no Campus Belém, pode ser enquadrado como serviço comum de engenharia, pois a sua execução pode ser definida por meio de especificações comuns no mercado. Esses serviços de cobertura são na grande maioria apenas substituição de telhas, serviços que podem ser acompanhados por um técnico de nível de encarregado, dê a licitação ter ocorrido na modalidade Pregão Eletrônico*”.

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

O serviço descrito não se resume apenas à substituição de telhas, ao contrário do que afirma o resposta o Gestor. Constam do Projeto serviços, tais como Tratamento de trincas e fissuras (item 4.3.3) e Revisão da estrutura metálica (item 7.2.1), que ao menos para a fase de diagnóstico necessitam que sejam realizadas por um engenheiro civil. Além disso, a Administração da obra (item 1.3) do Projeto há de ser realizada por um engenheiro civil como responsável, e por um mestre-de-obras, fl 24, do Processo.

Conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, a aplicação do pregão aos bens e serviços incomuns representa risco à segurança contratual, pela possibilidade de conduzir a Administração à celebração de contrato com pessoa sem qualificação para cumpri-lo ou pela aceitação de proposta inexequível. Por essa razão, em situações que sejam necessárias medidas mais cautelosas para segurança do contrato, em razão dos riscos decorrentes de inadimplência da contratada ou da incerteza sobre a caracterização do objeto, deve o gestor preterir o pregão em favor de outras modalidades licitatórias cercadas de maior rigos formal (Acórdão/TCU 1615/2008 – Plenário).

RECOMENDAÇÃO :

Recomendação 1: Somente contratar por meio de pregão eletrônico os serviços de engenharia classificáveis como comum;

7.1.2.3 - CONSTATAÇÃO: (026)

Formalização de contratos com a FUNCEFET/PA no valor de R\$ 6.186.907,60, sem atendimento das determinações do Acórdão nº 2.731/2008-TCU-Plenário.

De acordo com dados do SIAFI, O IFPA repassou recursos, em 2010, para a Fundação de Apoio a Educação Tecnológica do Estado do Pará (FUNCEFET/PA) no valor total de R\$ 6.186.907,60. Os recursos visavam atender quatro termos aditivos para complementação de obras; o contrato para operacionalização do Programa E-TEC Brasil e o contrato para construção do CRMB/IFPA.. No registro dos empenhos no SIAFI foi utilizada a modalidade “NÃO SE APLICA”

A análise do processo da contratação para operacionalização do Programa E-TEC Brasil demonstra que a contratação não atendeu os ritos previstos na Lei nº 8.666/93 e no Acórdão Nº 2731/2008 - TCU – Plenário para contratações de fundações de apoio, pois não constam:

- a) Documento de aprovação do Projeto pelo Conselho Superior do IFPA;
- b) Plano de trabalho detalhado discriminando a aplicação dos recursos;
- c) Critérios para participação de professores nas atividades
- e) Parecer Jurídico ratificando o enquadramento legal.

Os contratos de obras, que tiveram os serviços aditados em 2010, também não atenderam os ritos acima descritos.

CAUSA:

O Reitor assinou os contratos com FUNCEFET para operacionalização do Projeto E-TEC Brasil embora o processo de contratação não estivesse em conformidade com o Decreto nº 5.205/2004 e com as determinações do Acórdão nº. 2.731/2008- TCU-Plenário, bem como celebrou contrato com a Fundação de Apoio para realização de obras de engenharia, contrariando as determinações do Acórdão nº. 2.731/2008- TCU-Plenário.

O Pró Reitor de Administração, que segundo o Estatuto do IFPA tem dentre suas atribuições superintender e coordenar, as atividades orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto, não detectou as falhas nos processos de contratação da FUNCEFET.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 201108750/024, de 05/05/2011, foi solicitado ao IFPA que informasse o motivo de não ter formalizado processo de dispensa de licitação/licitação nos moldes exigidos pela legislação para contratação da FUNDAÇÃO DE APOIO –FUNCEFET, classificando o repasse de recurso no SIAFI como “NÃO SE APLICA”. O Gestor não atendeu a Solicitação de Auditoria.

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

A contratação da FUNCEFET para execução de obras de engenharia está em desacordo com as determinações do Decreto nº 5.205/04 (vigente até dezembro de 2010) e com os entendimentos firmados pelo Tribunal de Contas no Acórdão Nº 2731/2008 - TCU – Plenário, no sentido de que é vedada a contratação de fundação de apoio para execução de obras e serviços de engenharia por

não se enquadrar essa atividade no conceito de desenvolvimento institucional.

A contratação da FUNCEFET para apoiar o Projeto E-TEC também não atendeu as determinações exaradas no referido Acórdão, no sentido de que a contratação da Fundação de Apoio deve ser instruída com plano de trabalho detalhado, onde constem, dentre outros requisitos, o valor das bolsas a serem pagas, discriminadas por valores e beneficiários nominalmente identificados (com matrícula Siape caso servidores da IFES e CPF em caso contrário); pagamentos previstos por prestação de serviços por pessoas físicas e jurídicas e previsão de critérios para participação de professor em atividades relacionadas a projetos de ensino, pesquisa ou extensão que acarretem pagamentos dessas bolsas.

Além disso, a contratação da Fundação de Apoio sem parecer jurídico fere as disposições do Artigo 38-IV da Lei nº 8.666/93.

RECOMENDAÇÃO :

Recomendação 1: Cumprir as exigências legais e os julgados do TCU, na contratação de Fundação de Apoio, especialmente as determinações do Decreto nº 7.423/2010, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio.

7.1.2.4 - CONSTATAÇÃO: (027)

Realização indevida de 04 dispensas de licitação, no valor total de R\$ R\$ 105.504,15 (Cento e cinco mil quinhentos e quatro reais e quinze centavos)

Em análise aos processos licitatórios 23051.000301/2010-13, 23051.006686/2009-99, 23051.000056/2010-44 e 23051.000302/2010-68, verificou-se que a contratação das empresas Ticket Serviços SA (R\$ 11.076,64) e Aires Turismo Ltda (R\$ 94.427,51) realizou-se mediante dispensa de licitação, com base no inciso IV, art. 24, da Lei 8.666/93, o qual possibilita a contratação de empresas para situações emergenciais que possam causar prejuízo à Administração. Entretanto, constatou-se que as dispensas ora realizadas não encontram amparo no citado inciso tendo em vista que não se enquadram em situação de emergência e referem-se a despesas realizadas no exercício de 2009.

CAUSA:

A Pró-Reitora de Administração e Planejamento do IFPA autorizou idevidamente o pagamento de despesas de exercícios anteriores por meio de dispensas de licitação.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:

Por meio da Solicitação de Auditoria N^o. 23/2010, solicitamos ao Reitor que apresentasse justificativas do procedimento adotado. Por meio do Ofício n^o. 292/2011-GAB, o Reitor informou que:

“1. As despesas pagas nos processos 23051.003337/2010-59, 23051.000301/2010-13, 2301.006686/20090-99, 23051.000411/2010-85, 23051.000302/2010-68 correspondem a pagamento de faturas à empresa prestadora de serviços de concessão de passagens ao IFPA no exercício de 2009, onde este Órgão celebrou Contrato que vigorou por todo àquele exercício. O referido pagamento foi efetuado no exercício de 2010 em virtude das referidas faturas serem encaminhadas apenas no exercício seguinte, e de acordo com o fiscal do Contrato as referidas passagens foram utilizadas pela Entidade dentro da vigência contratual.

2. Quanto ao processo 23051.000056/2010-44 informamos que foram utilizados combustíveis para atendimento a viagens de micro estágio do Campus Belém. Tendo em vista à época estarmos em construção de novo Contrato com a mesma empresa para a vigência no exercício de 2010, e como as viagens foram necessárias de realização a fim de evitar futuros transtornos e prejuízos aos discentes, autorizamos o referido pagamento, considerando que os valores estavam compatíveis com o Mercado, uma vez que estávamos encerrando um Contrato e iniciando outro com a mesma empresa”.

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

Em que pese as justificativas apresentadas pela Entidade, restou evidenciado que as despesas constantes dos processos referem-se a serviços prestados no exercício de 2009. Desta forma, não cabe a realização de dispensa de licitação no exercício de 2010 visando a cobertura de despesas realizadas no exercício anterior.

RECOMENDAÇÃO :

Recomendação 1:

Abster-se de dispensar licitação com base no Inciso IV do Artigo 24 da Lei n^o 8.666/93, quando não estiver caracterizada a ocorrência de situação emergencial.

7.1.2.5 - CONSTATAÇÃO: (044)

Contratação indevida de serviço de jardinagem por dispensa de licitação com base no Inciso II do

Artigo 24 da Lei n.º 8666/93

O IFPA- Campus Santarém contratou por dispensa de licitação com base no Inciso II do Artigo 24 da Lei nº 8.666/93 o serviço de “implantação de jardinagem” no valor de R\$ 14.995,45. O serviço compreendia fornecimento e o plantio de mudas de plantas no Campus, obedecendo a Projeto Paisagístico anteriormente elaborado.

O serviço foi autorizado pela Chefe do Departamento de Administração e pelo Diretor Administrativo Financeiro , que respondia como Substituto do Reitor pela Direção do Campus Santarém.

O limite máximo para a contratação de serviços, exceto os de engenharia, por dispensa de licitação com base no Artigo 24-Inciso II da Lei nº 8.666/93 é de R\$ 8.000,00. No caso em tela, a dispensa de licitação no valor de R\$ 14.995,45 extrapolou o valor limite, em virtude do serviço de jardinagem não estar incluído dentre aqueles listados como serviço de engenharia,

CAUSA:

O Substituto do Reitor autorizou a contratação do serviço por valor acima do permitido pela legislação para contratação por dispensa de licitação.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:

O processo foi apresentado intempestivamente, após a fase dos trabalhos de campo, inviabilizando a solicitação de justificativas ao Gestor.

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

O Gestor não apresentou justificativas para a contratação de serviço de jardinagem em valor acima do limite permitido para a contratação direta sem licitação. Em vista disso, reitera-se que o fornecimento e plantio de plantas não se enquadra como serviço de engenharia, não podendo, portanto, ser contratado com fundamento no Inciso I do Artigo 24 da Lei de Licitações, que permite a dispensa de licitação para contratação de obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo 23, ou seja até o valor de R\$ 15.000,00.

RECOMENDAÇÃO :

Recomendação 1: Licitar os serviços cujo preço ultrapasse o limite legal para a realização de dispensa com base no Inciso II do Artigo 24 da lei nº 8.666/93.